



MARL

Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2010





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	2
2.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
3.	ESTRATÉGIA	5
4.	ACTIVIDADE DA EMPRESA	7
4.1.	ÁREA COMERCIAL	7
4.2.	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	11
4.3.	ÁREA DE MANUTENÇÃO	12
4.4.	ÁREA JURÍDICA	26
4.5.	QUALIDADE	27
4.6.	RECURSOS	27
	RECURSOS HUMANOS	27
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES	31
5.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
	PERFORMANCE ECONÓMICA	35
	PROVEITOS OPERACIONAIS	37
	GASTOS OPERACIONAIS	39
	RESULTADOS FINANCEIROS	41
	APURAMENTO DO IMPOSTO	42
	PERFORMANCE FINANCEIRA	42
	BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA	42
	POLÍTICA DE FINANCIAMENTO	45
	ESTRUTURA DE CAPITAIS	46
	GESTÃO DO RISCO	47
6.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	48
	PROGRAMA 5 AO DIA	48
	CAMPANHAS DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME	49
	OUTRAS ACÇÕES	49
7.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	49
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES	50
9.	PERSPECTIVAS FUTURAS	50
10.	REFERÊNCIAS FINAIS	50
	Anexo ao Relatório de Gestão	52

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração da MARL-Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., vem submeter à apreciação de V.Exas o relatório de gestão e as contas do exercício de 2010.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

As previsões económicas para o próximo ano apontam para que a economia portuguesa sofra uma forte desaceleração ficando o crescimento previsto próximo de zero. As medidas de austeridade deverão penalizar o consumo das famílias, que representa a maior fatia de toda a economia e é responsável por dois terços do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o investimento das empresas estará condicionado pela dificuldade de acesso ao crédito.

As medidas de austeridade lançadas pelo Governo para 2011, que incluem cortes nos salários da Função Pública, aumento de impostos e redução de benefícios, vão ter um forte impacto sobre os consumidores que deverão ajustar os seus gastos e fazer o consumo privado recuar no próximo ano, depois de um crescimento verificado em 2010.

Na esfera das empresas, o incentivo a investir em 2011 é escasso. Por um lado, a pressão sobre a banca nacional, em virtude dos sucessivos cortes no *rating*, por parte de diversas entidades internacionais, está a levar a uma restrição e ao encarecimento do crédito. Por outro lado, as perspectivas de vendas são pouco animadoras: quer em Portugal pelas medidas de correcção orçamental, quer no exterior, com o abrandamento da Zona Euro, principal mercado internacional das empresas portuguesas.

Como um dos principais factores de risco para a economia portuguesa destaca-se a pressão sobre a banca nacional. O forte aumento dos juros da dívida pública nacional nos últimos meses vedou o financiamento do sector nos mercados internacionais. Hoje, a banca portuguesa é financiada quase exclusivamente pelo Banco Central Europeu (BCE), não estando afastada a hipótese do governo ter de resgatar alguma das instituições, o que poderá representar um "enorme fardo" nas contas públicas, e consequentemente sobre a economia com a possibilidade de novos cortes e mais impostos.

O desemprego será outro dos entraves tanto para o crescimento da economia (menos consumo) como para a consolidação das contas públicas (maiores despesas com subsídios).

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

A diminuição da procura interna reflectirá assim, entre outros factores, o impacto das medidas de consolidação orçamental, a manutenção de condições adversas no mercado de trabalho, o aumento da incerteza quanto ao rendimento das famílias e as condições mais restritivas de acesso ao crédito.

Com perspectivas negativas quanto à evolução do rendimento das famílias e do desemprego, é expectável que o crescimento do retalho alimentar seja limitado, o que terá seguramente repercussões nefastas ao nível da actividade dos nossos clientes e, consequentemente, do Mercado.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

No ano em que cumpriu o seu décimo aniversário, a MARL, SA atingiu um crescimento assinalável da sua performance operacional, a melhor da sua história. Os impactos negativos da redução de actividade económica, que se fizeram sentir de forma transversal a todos os nossos sectores de negócio foram, em parte, mitigados por medidas de gestão que permitiram atingir os resultados obtidos.

Esta realidade, levou-nos a adoptar uma atitude mais prudente, nomeadamente a rever e adiar planos de investimento e a encetar medidas de contenção e redução de custos de forma a aumentar a resiliência da empresa a um período de crescimento da economia que se antecipa ténue nos próximos anos.

Ao longo de 2010, prosseguimos assim os nossos esforços para assegurar o equilíbrio das actividades operacionais, alicerçado na utilização intensiva dos recursos e na negociação das melhores condições de mercado ao nível da contratação de serviços.

Apresentamos um ano com um aumento de 2% no *EBITDA*, ao mesmo tempo que melhorámos substancialmente os nossos rácios financeiros e reduzimos a dívida líquida em 3.736 milhares de euros (-4,6%). Foram realizados investimentos que ascenderam a cerca de 900 milhares de euros, com o desenvolvimento de trabalhos que aproximaram as prioridades da empresa com as reais necessidades dos nossos operadores e clientes. O CAPEX incluiu sobretudo investimentos na obra do sistema de drenagem do edifício dos CTT Expresso, assim como da reformulação da zona circundante dos mesmos o que permitirá não só acomodar, em 2011, a sua expansão como também resolver o problema do acesso pedonal ao Mercado há muito reclamado pelos

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

operadores, na finalização das obras de repavimentação do pavilhão do pescado, na renovação do sistema de gestão de saídas no pórtico e na aquisição de material de segurança e combate a incêndios.

Inserida na mudança de identidade visual do grupo SIMAB, a MARL, SA conduziu as acções necessárias para a implementação da sua nova imagem, durante o 2º semestre do ano. A alteração da imagem corporativa, realizada pela primeira vez nos 10 anos de existência do MARL, incluiu o estudo e criação da marca, a criação de sistema de identidade e a criação do estacionário-base, devidamente implementadas em todos os suportes e peças comunicacionais.

Reforçámos a aposta na capacitação dos nossos recursos humanos, com destaque para o desenvolvimento de acções de formação e valorização profissional, num total de quase 4.000 horas, em áreas que permitem uma maior adaptabilidade à situação profissional dos colaboradores, e que abrangeram a quase totalidade do seu universo. Na sua maioria, as acções integraram um projecto de formação de um Centro de Formação, financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português no âmbito do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano.

Na sequência da inauguração em Novembro de 2009, 2010 foi o primeiro ano de actividade da central solar do MARL, sendo de registar o seu pleno funcionamento e a sua perfeita adaptação ao modo de funcionamento do mercado. Este projecto, que se afirma como um verdadeiro *ex libris* do MARL e do concelho de Loures, assume já características e possibilidade de expansão que nos permitem assegurar, à partida, o seu enorme sucesso.

Desenvolvemos um plano estratégico a 5 anos, devidamente relevado e explanado no Capítulo 3 deste relatório, assim como promovemos um novo plano de contenção de custos que nos permitiu, no último trimestre do ano, reorientar prioridades e reduzir a incerteza para o ano de 2011.

Não poderemos, ainda assim, de deixar de manter a expectativa na conclusão do plano de reequilíbrio financeiro iniciado nos últimos anos, e que deverá trazer ao negócio a estabilidade financeira necessária para podermos desenvolver uma política de pagamento de dividendos sempre ambicionada por qualquer accionista.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

3. ESTRATÉGIA

Em 2010, foi elaborado o Plano Estratégico da MARL, SA para os próximos 5 anos, sendo definido um conjunto de objectivos estratégicos que se acredita firmemente que deverão guiar as acções e ajudar a delinear os planos estratégicos individuais. São sobretudo ideias centrais que irão orientar o desenvolvimento dos negócios e a respectiva adaptação à evolução contínua das circunstâncias com que a Empresa se deparará. Trata-se de antecipar o modo como a MARL se apresentará no futuro.

Manutenção e Modernização das Infra-Estruturas

A manutenção e modernização das infra-estruturas é uma das principais prioridades da MARL, SA para os próximos 5 anos, constituindo um importante objectivo estratégico. Um dos aspectos que marca a diferença do MARL relativamente a outras estruturas comerciais de natureza similar é, inquestionavelmente, a qualidade das suas edificações e equipamentos, devendo este ser um factor a preservar e a ter em atenção nos próximos 5 anos.

Passados 10 anos desde o início da actividade do MARL, torna-se imperioso proceder a um diagnóstico ao seu estado actual, em termos estruturais e funcionais dos edifícios, procedendo-se ao levantamento das necessidades existentes, priorizando intervenções e escalonando-as no tempo, de modo a que as mesmas sejam temporalmente e financeiramente possíveis e exequíveis.

Implementação de uma Estratégia de Comunicação Interna e Externa

Nos últimos anos muito foi feito para promover e aumentar a comunicação interna, inter-departamental, inter-sociedades gestoras e, entre estas e a sua holding, quer através do recurso a meios tecnológicos (Primavera, intranet, internet, etc.), quer através de meios e eventos físicos (Encontro do Grupo SIMAB, Encontro de Directores, Encontros por Gestores de Negócio, etc.). Este esforço foi evolutivo e contínuo, com especial relevo para os últimos 6 anos. Em termos de comunicação externa e depois de uma intensa campanha de início de actividade do MARL, desde então, e atendendo às restrições orçamentais existentes, apenas pontualmente têm sido decididas e efectuadas algumas acções de comunicação externas.

Ao nível da **comunicação interna**, estão a ser desenvolvidos alguns projectos que serão continuados e pormenorizados nos próximos 5 anos, designadamente: a implementação do *Balanced Scorecard* (BSC); o desenvolvimento do *Enterprise Resource Systems* (ERP); a criação

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

de uma base de dados de clientes, com base na recolha e sistematização dos contactos dos operadores que exercem actividade no MARL, para facilidade de contacto e implementação de novos processos, nomeadamente facturação por via electrónica e demais expediente e necessidades, a partir de fontes documentais existentes no MARL e inquéritos aos operadores.

Ao nível da **comunicação externa**, estabeleceu-se com objectivo estratégico para os próximos 5 anos a implementação de uma estratégia de comunicação externa que assentará em dois eixos estratégicos: (i) a realização de uma Campanha de Marketing, tendo como *core target* os clientes dos operadores do MARL e como *target* secundário os próprios operadores, tendo como objectivo essencial estimular o interesse por parte dos clientes dos operadores pelo produto que é vendido no MARL, bem como suscitar, renascer e evidenciar a operadores e clientes um sentimento de “ORGULHO” por estar, vender, comprar e consumir produtos do MARL; (ii) o reforço da Cooperação Institucional através da intensificação de um conjunto de contactos com os Municípios (com especial relevância para os da Grande Lisboa) e o poder central, no sentido de recentrar o MARL como objectivo estratégico dos Municípios em matéria de política de Mercados Grossistas e sua ligação com os Mercados Municipais e todo o comércio retalhista de modo geral, quer do Estado enquanto accionista, quer através do próprio MARL e da SIMAB no papel de regulador e impulsionador do comércio agro-alimentar, com forte preponderância no canal “tradicional de distribuição”.

Crescimento, Consolidação e Redefinição do Negócio

Os Mercados Abastecedores são hoje entendidos num conceito mais amplo de Plataformas Logísticas de Base Alimentar, sendo estruturas dinâmicas e polivalentes, multipolares, multiprodutos e multifunções, inseridas em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do sector alimentar e não alimentar, exercendo funções e actividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras actividades de apoio à produção agro-alimentar e a todos os agentes e utilizadores dos Mercados Abastecedores. No caso específico do MARL, embora a função de área comercial destinada ao comércio alimentar ainda ultrapasse o dedicado a outras actividades, constata-se que progressivamente, estas últimas têm vindo a ganhar importância, muito devido à procura existente por parte das empresas de Logística.

Em termos de negócio, seguindo a tendência natural da evolução dos Mercados Grossistas a nível mundial, é claramente objectivo estratégico do MARL o alargamento do seu *core target*, às actividades de “Logística” como forma de sustento e complemento das actividades

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

tradicionalmente associadas de “Mercado” grossista. As duas *buzzwords* que passarão a constituir o *core business* do MARL são: “Mercado” e “Logística”.

A concretização deste objectivo passará pela reorganização do layout comercial do MARL, pela captação de novos operadores e actividades e pela expansão do MARL.

Sustentabilidade Ambiental

O aumento da inovação e eficiência nos sistemas de distribuição de água e electricidade do MARL e a redução dos respectivos consumos, a par com a melhoria da eficiência nos circuitos de recolha e tratamento de resíduos sólidos são os principais objectivos estratégicos a atingir como forma de garantir a sustentabilidade ambiental e manter o nível do serviço prestado nestas áreas aos utentes do Mercado. Pelo significado operacional, financeiro e sobretudo ambiental que assumem, a sua melhoria constitui um objectivo estratégico a desenvolver nos próximos 5 anos.

4. ACTIVIDADE DA EMPRESA

4.1. ÁREA COMERCIAL

Neste âmbito, e apesar de uma conjuntura adversa, verificou-se mais um ano de consolidação da taxa de ocupação dos espaços conforme se pode constatar no quadro abaixo, tendo-se verificado mesmo um aumento na procura no último trimestre do ano.

A contratualização de novos espaços deveu-se principalmente à alteração estratégica adoptada nos últimos anos, ao nível da política de preços e modalidades de contratualização mais flexíveis que possibilitou um aumento do número de espaços contratualizados, em especial no sector hortofrutícola.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Quadro 1: Ocupação dos Pavilhões em 31 de Dezembro de 2010

Pavilhões Principais	Nº Espaços			Taxa de Ocupação
	Total	Ocupados	Vagos	
Plataforma dos Álamos				
A01	72	72	0	100%
A04	72	72	0	100%
A05	36	33	3	92%
A06	72	72	0	100%
A07	36	31	5	86%
A08	72	70	2	97%
A09	36	36	0	100%
A10	188	182	6	97%
A11	4	4	0	100%
Plataforma do Rouco				
R02	117	93	24	79%
R04	60	25	35	42%
R07	120	115	5	96%

Grandes Clientes

Ao nível de Grandes Clientes, e apesar do contexto económico adverso, assistimos ao crescimento de algumas das empresas já instaladas no Mercado, das quais se destaca os CTT Expresso, que deram início este ano, ao processo que conduzirá à expansão do edifício existente.

No que diz respeito à comercialização dos espaços no NAC, foi um ano de concretização de alguns negócios. Nele se instalaram empresas do sector das Plantas Ornamentais e Acessórios para Floristas e estamos em fase de contratualização com uma empresa especializada na venda de equipamentos para frutarias, peixarias, floristas entre outros.

Sector Hortofrutícola

No sector hortofrutícola, manteve-se a tendência de crescimento dos operadores já instalados, que têm vindo a absorver os espaços libertados por rescisões contratuais ou por cedência de posição contratual. Nesse sentido, verificou-se uma diminuição do número de empresas no Mercado, mas um aumento da dimensão média dos operadores instalados. As condições técnicas dos espaços comerciais, as infra-estruturas disponíveis aliadas à alta concentração e diversidade de produtos são factores importantes que têm sido determinantes para a instalação de novos agentes económicos no MARL.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Em 2010, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior no sentido de impulsionar a comercialização dos espaços disponíveis, em especial nos pavilhões A07 e A08, objectivo parcialmente conseguido.

Apostámos numa rigorosa aplicação do Regulamento Interno do Mercado que se traduziu na aplicação de 159 registos de ocorrência e na fiscalização de situações de incumprimento contratual que se traduzem na utilização dos espaços por outros que não os Operadores.

A contribuição da equipa Operacional foi decisiva no que diz respeito à execução do plano de acção de cobrança, que nos permitiu controlar eficazmente o prazo médio de recebimentos.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores, inscreveram-se 388 produtores até Dezembro de 2010, em linha com o registado no ano anterior.

Sector Hortofrutículas

Natureza do contrato	2008	2009	2010
Contrato novo (com taxa acesso)	2	7	6
Contrato utilização temporária	21	11	12
Cedência posição contratual	27	25	37
Acordo rescisão	16	12	11
Transferência de posição	4	1	9
Total contratos assinados	70	56	75

Analisando os dados apresentados salienta-se realização de 6 contratos novos, com taxa de acesso. No entanto, não deixámos de sentir os efeitos da instabilidade da economia nacional, ao longo do ano 2010, com reflexo em 5 rescisões unilaterais, por incumprimento contratual financeiro, sendo que destas foi possível recuperar a dívida total em dois processos.

Não obstante a conjuntura económica, terminamos o ano com alguma perspectiva optimista relativamente à área comercial deste sector.

Sector do Pescado

No sector do pescado e polivalente registou-se alguma instabilidade no que respeita a comercialização de espaços. No pavilhão do pescado (R07) verificaram-se algumas cedências de posição, mais por estratégias comerciais dos operadores, do que propriamente por negociação dos espaços. Há a registar um fenómeno com alguma relevância, a preferência dos interessados em negociar os espaços directamente com a MARL, SA ao invés de negociação com os operadores

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

O pavilhão polivalente (R04) regista uma "rotação" de operadores que tem permitido a manutenção da taxa de ocupação. Um dos factores conducentes às rescisões contratuais neste pavilhão está relacionado com as dificuldades de licenciamento de actividades, que tem dificultado a instalação de muitas das empresas.

O sector de pescado foi fortemente afectado pelas exigências do sistema bancário, ao dificultarem as linhas de crédito que, até à data, eram um importante contributo para o equilíbrio financeiro desta actividade comercial.

Fomos constatando algum desgaste nas acções comerciais entre empresários do pescado. Outrora mantinham um fluxo de escoamento de produto optimizado com rentabilidade garantida, permitindo assim alguma margem de crédito aos seus clientes. Actualmente, o cenário é mais limitativo, uma vez que se verifica uma redução da quantidade da oferta de pescado e consequente aumento do seu preço unitário, para além de não existir praticamente qualquer margem de crédito aos clientes.

Numa tentativa de cooperação com os nossos parceiros comerciais, foram criadas condições mais atractivas e acessíveis de comercialização dos espaços, nomeadamente, através da criação de novos contratos de utilização anuais e a redução do valor das taxas de utilização mensais de algumas tipologias de espaços.

Pontualmente, foram rescindidos alguns contratos por incumprimento financeiro dos operadores, com reflexo em 9 rescisões unilaterais, sendo que destas foi possível recuperar a dívida total em oito processos. De salientar ainda que a grande maioria destes espaços foram mais tarde comercializados. Contudo, denota-se alguma dificuldade na transferência das empresas atendendo às exigências impostas pelas Autoridades Sanitárias, no licenciamento das suas actividades.

Sector das Flores e Plantas Ornamentais

Ao longo de 2010 foi visível o agravamento da difícil situação do pavilhão das Flores e Plantas Ornamentais.

Durante 2010 e de forma a tentar reorganizar este pavilhão foi delineada uma estratégia no sentido de concentrar os Operadores numa só zona do pavilhão, tendo em conta que a zona Norte é a que apresenta mais espaços vagos. A transferência dos Operadores é um processo lento, uma vez que temos que dispor de espaços na zona sul do pavilhão. Este objectivo só

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

deverá estar concluído em 2011. Desta forma, para além da óbvia vantagem para os operadores em verem a sua actividade concentrada, libertar-se-á uma área, passível de ser isolada do restante pavilhão e com potencial de comercialização para outros negócios.

4.2. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Em 2010, a MARL, SA continuou a apostar na melhoria dos serviços prestados ao nível da segurança, designadamente ao nível de um programa de investimentos centrados nos seguintes aspectos:

- programa de controlo de circulação de valores e de acessos ao interior do Mercado;
- mobilidade;
- sistema de videovigilância;
- material de segurança necessário para melhoria na actividade operacional;
- meios de apoio;
- plano global de emergência e elaboração do PEI (Plano de emergência Interno).

As medidas de segurança no recinto do Mercado continuam a ser uma das principais preocupações, nomeadamente, no que diz respeito aos controlos de acesso, identificação de veículos e pessoas na portagem, prestação de apoio a todos os utentes do MARL, contando, sempre que necessário, com a colaboração da GNR, de São Julião do Tojal e com os Bombeiros Voluntários do Zambujal.

Com a cessão da posição contratual por parte da Star - Companhia de Segurança Privada, Lda para a Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, S.A, o contrato com a MARL, SA não sofreu qualquer alteração tendo a Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA iniciado as suas funções no dia 1 de Março de 2010.

Foi efectuado um aditamento ao contrato celebrado entre a MARL, SA e a Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA, que inclui a reestruturação dos serviços, o que correspondeu a uma redução de 6% no valor contratado inicialmente.

Ainda no âmbito da vigilância foi reformulado o contrato referente à vídeo vigilância, tendo em vista, por um lado, a redução do encargo mensal com estes equipamentos e por outro, à modernização da infra-estrutura com o reforço da capacidade de gravação e com a introdução

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

de um sistema de vídeo porteiro que permite, através do portão Sul do Mercado, o acesso pedonal.

O encerramento do mercado durante o fim-de-semana continua a ser efectuado através do controlo nas entradas na zona das portagens, entre as 16.00h de Sábado e as 0.00h de 2ª feira, continuando apenas a ter acesso ao interior do Mercado os operadores, utentes e entidades devidamente credenciados para o efeito.

A nível de material de segurança para utilização diária, foram renovados diversos equipamentos, nomeadamente cones de sinalização, correntes de plástico vermelha/branca e fita balizadora, entre outros.

De referir ainda, a substituição e deslocalização do posto de controlo de acessos na plataforma do Rouco e respectiva sinalização de segurança, o que originou um controlo mais eficaz nos acessos ao pavilhão R07. Estas medidas foram implementadas sempre com o objectivo de melhorar a eficácia da actividade operacional diária do Mercado.

No decorrer do ano, foram desenvolvidas vistorias aos grandes clientes instalados no MARL, no âmbito da prevenção do risco de incêndio, com o objectivo de sensibilização e verificação das conformidades das instalações, no que diz respeito aos sistemas de segurança, nomeadamente sistemas de incêndio, validade de extintores entre outros equipamentos de combate a incêndio, de forma a precaver eventuais riscos de incêndio.

4.3. ÁREA DE MANUTENÇÃO

Gestão de Contratos

- *Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Eléctricos, de AVAC, de estruturas e Edificações, de Chillers e de Bombas de Calor*

Em Agosto de 2009 foi lançado concurso público para aquisição destes serviços, tendo sido adjudicada a empresa DALKIA, ENERGIA E SERVIÇOS S.A., com redução de custos desta prestação de serviços de cerca de 21%. Em 2010, foi dada continuidade a este contrato e aos serviços nele previstos.

Foram efectuados os trabalhos de manutenção preventiva de forma a garantir a operacionalidade dos equipamentos durante a sua vida útil. A idade dos equipamentos e o tipo de utilização a que estão expostos tem levado ao aparecimento de um maior número de

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

avarias, nomeadamente nos portões e portas rápidas e equipamentos de refrigeração instalados nas boxes. A utilização de equipamentos de transporte, de maior capacidade, no interior dos pavilhões por parte dos operadores tem provocado também a degradação do pavimento e juntas.

Para garantir que os valores cobrados correspondem ao efectivo consumo de frio, bem como para o cumprimento do procedimento interno de gestão de dispositivos de medição e monitorização, procedeu-se à calibração das sondas de temperatura ambiente no interior das boxes.

Tendo em conta o número de horas de funcionamento dos compressores existentes nos chillers, o prestador de serviços alertou para a necessidade de se proceder à abertura destes equipamentos e substituir componentes com evidentes sinais de desgaste. De forma a diluir os custos desta operação, optou-se pela abertura faseada dos compressores, trabalho que irá prolongar-se ainda por 2011.

➤ *Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos*

Em Janeiro de 2009 foi efectuado aditamento ao contrato celebrado em 1 de Agosto de 2006, com a HIDURBE, prorrogando o prazo de vigência do mesmo até 31 de Dezembro de 2013, com revisão anual de preço no início de cada ano civil.

A mudança contínua da actividade dos operadores e utentes do Mercado, assim como a chegada de novos operadores, implica uma constante adaptação desta prestação de serviços, que tem decorrido de forma bastante satisfatória.

Foram adquiridos 60 novos contentores colectivos de 1.000 litros, por tipologia de resíduos, tendo em vista a correcta separação dos mesmos, para substituição dos que se danificaram com a constante utilização, bem como para atribuição a novos clientes que se instalaram no Mercado e, ainda, para fazer face ao pedido de alguns operadores que devido à sua actividade, passaram a produzir maior quantidade de resíduos e sentiram necessidade de aumentar o seu parque de contentores. Os contentores inutilizados foram recolhidos por uma empresa de reciclagem deste equipamento.

De salientar que 30 dos 60 contentores de 1.000 litros adquiridos são castanhos e amarelos, tendo em atenção uma separação selectiva mais eficaz de resíduos sólidos, utilizando, assim, as cores adoptadas pela Sociedade Ponto Verde e comumente utilizadas a nível europeu.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

➤ *Limpeza Interior do Mercado*

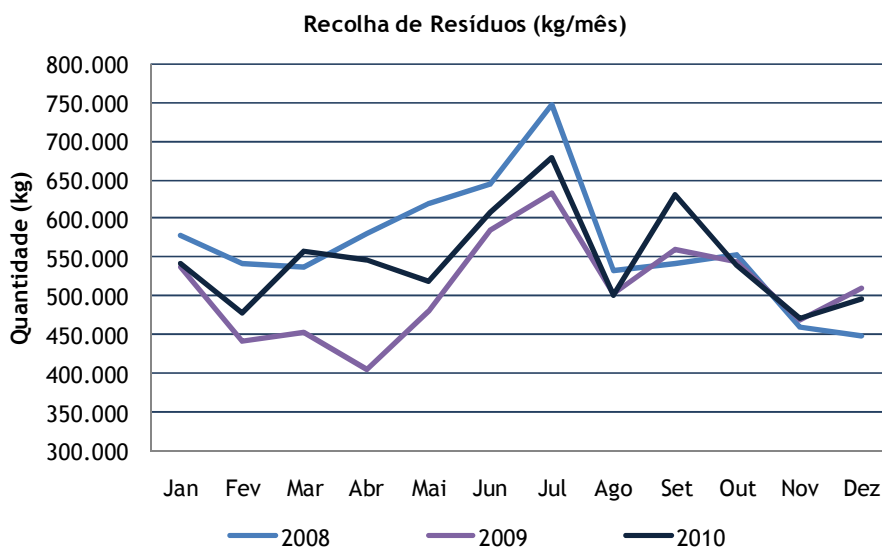
Em Setembro de 2009 foi lançado concurso público para aquisição destes serviços, tendo sido adjudicada a Electrolimpa Sul - Empresa Técnica de Limpeza, SA, com redução de custos anuais desta prestação de serviços de cerca de 33%.

Esta prestação de serviços decorreu durante o ano 2010 de forma satisfatória. A actividade dos operadores e a adaptação destes às necessidades dos seus próprios clientes, com a ocupação dos espaços comuns durante o horário de limpeza, torna-se a razão mais premente que condiciona, por vezes, a qualidade destes trabalhos, e a maior preocupação da MARL na garantia da satisfação dos clientes, a este nível.

➤ *Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos*

Exceptuando os resíduos encaminhados para reciclagem (madeira, papel/cartão e vidro), todos os resíduos produzidos e depositados no Mercado, são encaminhados para as instalações da Valorsul. Estes resíduos são utilizados na produção de composto e energia por esta empresa.

Comparativamente aos anos anteriores poderemos registar, pelo quadro apresentado, um aumento de produção de resíduos, relativamente a 2009, nos meses de Março, Abril e Setembro:



MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

➤ *Manutenção de Espaços Verdes*

Os trabalhos de manutenção de espaços verdes têm decorrido de forma satisfatória, tendo sido renovado o protocolo com a Junta de Freguesia de São Julião do Tojal.

Durante o ano de 2010 os técnicos da Junta de Freguesia procederam à plantação de novas espécies, em locais definidos previamente pela MARL.

➤ *Manutenção de 4 câmaras frigoríficas*

A 31 de Julho de 2009 terminou o contrato existente com a Termogest. De forma a garantir o bom funcionamento das 4 câmaras frigoríficas que o MARL possui, torna-se necessária a sua manutenção preventiva, pelo que se procedeu a consulta para aquisição destes serviços, tendo sido adjudicados à H. Seabra, já em 2010, com redução de custos anuais de 49%.

➤ *Manutenção da GTC e Sistemas de Segurança*

Estes contratos decorreram de acordo com o previsto, sendo que, no seguimento de melhoria e actualização de forma a garantir o bom funcionamento da nossa instalação, foi iniciada em 2010 a reconversão faseada de autómatos “RS” para “PX” garantindo-se a compatibilidade com a nova geração de sistemas, acesso a novas funcionalidades e aumento de fiabilidade, com a aquisição de *upgrade* do equipamento de controlo “PX” destinado ao pavilhão A03 e modernização do sistema de gestão centralizada de perigo LMS existente para a actual versão do sistema SCGP - MM8000, cujos trabalhos contemplam a substituição do hardware e software que constituem a actual instalação do SCGP, pelas actuais versões propostas.

➤ *Serviços de Desratização e Desbaratização*

Foi dada continuidade a este contrato e aos serviços nele previstos.

➤ *Exploração de Rede Eléctrica*

Foi negociado com os técnicos responsáveis dos postos de transformação, em finais de 2009, o valor das respectivas prestações de serviços, tendo sido conseguida uma redução de cerca de 33% do seu valor anual. Em 2010, foi dada continuidade a este contrato e aos serviços nele previstos.

Em função do definido pelos técnicos responsáveis pela exploração da rede eléctrica foram feitas as intervenções de manutenção preventiva aos postos de transformação. Neste contexto,

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

há a destacar a realização de análises ao óleo dos transformadores no NAC e A10, que confirmaram a manutenção das condições necessárias ao correcto funcionamento destes equipamentos.

➤ *Manutenção de 2 ascensores no NAC*

Foi renovado, por mais 3 anos e sem alteração de valor, o contrato com a ThyssenKrupp e os serviços nele previstos.

➤ *Manutenção de Geradores de Emergência*

Foi renovado o contrato com a Gertécnica, com vista à execução dos trabalhos de manutenção dos três geradores de emergência existentes no MARL.

➤ *Manutenção de contentores assépticos*

Foi renovado por mais um ano, e sem alteração de valor, o contrato de prestação de serviços com a empresa “Cannon Hygiene” para a colocação e manutenção de contentores assépticos nas instalações sanitárias femininas do Mercado. Foi-nos enviada informação referente à quantidade de resíduos recolhidos, em 2010, e sujeitos a inactivação biológica, de acordo com legislação em vigor, sendo o destino final a Valorsul.

➤ *Controlo de qualidade da Água de Abastecimento*

De forma a garantir o Controlo de Qualidade da água que abastece o MARL, foi renovado o protocolo com a Divisão de Tratamento e Análises de Águas Potáveis/Laboratório de Águas Potáveis de Loures. Foi também renovado o protocolo com a Divisão de Tratamento e Análise de Águas Residuais dos Serviços Municipalizados de Loures, dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais. Procedeu-se ao envio dos resultados das análises à água de abastecimento para a Autoridade de Saúde de Loures, cumprindo o estipulado por esta Entidade, no âmbito da vigilância sanitária da qualidade da água para consumo humano.

➤ *Aquisição e colocação de portas rápidas (cortinas)*

As portas rápidas garantem a manutenção das condições de climatização do interior dos pavilhões. Estes equipamentos, para além do desgaste normal pela sua grande utilização, sofrem embates e a acção do vento, o que de uma forma sistemática leva a que existam portas

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

constantemente abertas. Com a renovação das portas rápidas dos pavilhões mais problemáticos, pretendemos, para além de se renovarem gradualmente todas as portas dos pavilhões, libertar peças a utilizar nos outros pavilhões, para que a reparação de avarias seja mais rápida. Em 2010, a substituição teve lugar no pavilhão A01 topo norte poente e nascente, pavilhão A04 topo norte poente e nascente, pavilhão A06 topo norte poente e nascente, pavilhão A05 topo sul e pavilhão A07 topo sul.

➤ *Substituição do isolamento da rede de água fria*

Efectuámos já parte do investimento de substituição do isolamento para evitar perdas de energia térmica, condensações e prolongar a vida útil das tubagens de distribuição de água fria que teve lugar nos pavilhões A01, A04, A06 e A08.

➤ *Equipamento de combate a incêndio*

A nível preventivo, foram desenvolvidas diversas vistorias aos equipamentos de combate a incêndio, (bocas de incêndio, extintores e carretéis), conforme legislação em vigor.

Procedemos à substituição dos extintores de CO2 que se encontravam distribuídos pelas instalações do MARL, uma vez que, de acordo com a NORMA 4413 publicada no Decreto-lei nº 220/2008 e embora o seu tempo de vida útil seja de 30 anos, após 10 anos de utilização têm que ser sujeitos a uma prova hidráulica, tendo-se concluído, face ao custo dessa operação que seria mais vantajosa a aquisição de extintores novos de 2Kg e 5Kg de CO2, o que resultou num investimento de cerca de 4.000 euros.

➤ *Monitorização do talude - Muro M1*

O muro M1 é a estrutura de suporte com maior importância da obra do MARL. Localizado na área adjacente ao traçado da EN 115-5, este muro destina-se a suportar a Plataforma dos Álamos. As dimensões do muro, particularmente a sua altura em trechos de considerável extensão e o facto de estar fundado em materiais diversos, justificam a adopção de metodologias que possibilitem o adequado controlo, viabilizando assim qualquer intervenção, em tempo útil, que se venha a revelar necessária.

Em 2010, procedeu-se à monitorização deste talude em duas fases temporais, em Julho e Dezembro, tendo por objectivo verificar, com base nas observações inclinométricas e recorrendo a equipamentos já instalados no referido talude, a garantia de segurança desta estrutura.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

No relatório apresentado, pudemos constatar que, os deslocamentos ocorridos entre as duas fases de leituras referidas, não eram elevados e com pouco significado técnico, no entanto, a maioria dos tubos/inclinómetros, apontam no sentido expectável de movimentação, isto é, para o exterior do talude.

Ações de Acompanhamento

Promovemos uma estreita colaboração entre a MARL e as várias entidades públicas fiscalizadoras de qualidade e segurança alimentar e ambiente, que intervêm na actividade do Mercado, nomeadamente Delegação de Saúde de Loures, Inspeção Geral das Pescas, Direcção Geral de Veterinária, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e Inspeção Sanitária de Loures.

Foi dado acompanhamento ao processo de atribuição do número de controlo veterinário (NCV) aos operadores do pescado, sendo que, em 2010, foram atribuídos 22 NCV, a juntar aos 33 atribuídos no ano de 2009, bem como está em curso a preparação de toda a documentação necessária à elaboração e implementação do Plano de Auto Controlo (HACCP) neste pavilhão, cuja responsabilidade é da MARL.

Foi dada continuidade à recolha semanal de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal. Esta medida, obrigatória por lei, para além de gerar uma receita, contribui ainda para a redução de resíduos entregues na Valorsul.

Serviços Prestados aos operadores

O MARL continua a garantir o arrefecimento de água que permite a refrigeração das boxes dos operadores. Em consequência é feita a facturação do consumo entálpico a cada consumidor.

Sempre que solicitado, e recorrendo ao prestador de serviços de manutenção geral, são orçamentados e realizados alguns trabalhos nos espaços concessionados. Em 2010, foram facturados cerca de 3.000 euros, considerando apenas trabalhos não tabelados. Para possibilitar a recomercialização de Espaços que se encontram em processo de contencioso, foi solicitada a retirada de opcionais pertença dos operadores e a reparação das anomalias registadas, o que implicou a realização de obras no valor aproximado de 15.900€, valor que é sempre repassado aos operadores responsáveis.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Obras

➤ *Repavimentação do Pescado*

Durante o ano 2010, após várias intervenções faseadas efectuadas pelo empreiteiro, não foi possível colmatar todas as anomalias existentes e reincidentes no pavimento, na continuidade das obras de repavimentação do pavilhão do pescado, pelo que foi decidido pela MARL, solicitar parecer junto do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), através do seu Departamento de Materiais, Núcleo de Betões.

Em sequência, foi elaborado parecer técnico sobre as eventuais causas para as anomalias verificadas, após vários ensaios e análise, entre outros elementos, dos materiais utilizados e tempos de aplicação. Foram apresentados, como conclusão, os seguintes factores que terão contribuído, pela sua acção conjunta e de forma mais significativa, para o aparecimento das anomalias registadas:

- Insuficiente resistência à compressão do sistema epoxídico;
- Inadequada adesividade dos sistemas epoxídico e acrílico ao substrato de betão, face às exigências do serviço;
- Presença de água sob os revestimentos epoxídico e acrílico.

Ainda considerando o relatório, e em síntese, as anomalias detectadas estarão relacionadas não só com o não cumprimento de todas as instruções e recomendações existentes nas fichas técnicas dos produtos, mas também com a ausência de especificações relativamente a exigências de desempenho adequadas e suficientes para a durabilidade do revestimento.

Como forma de superar algumas das anomalias, foi proposto pelo empreiteiro, o fecho de todas as juntas de construção de forma a minimizar pontos críticos, susceptíveis de poder causar as referidas anomalias, condição que foi aceite pela MARL, como forma de eliminar dúvidas quanto à responsabilidade sobre a qualidade dos trabalhos realizados.

No final do ano, foram efectuadas vistorias conjuntas, MARL/Empreiteiro, tendo em vista o reconhecimento global das anomalias que não foram eliminadas com a resolução do fecho das juntas. Face às conclusões do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e ao verificado na vistoria conjunta, foram levadas a cabo negociações entre o Empreiteiro e a MARL, de forma a acertar medidas correctivas e custos repartidos.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

➤ *Empreitada da reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso*

Existindo um conjunto de reclamações desta empresa, quanto ao sistema de drenagem pluvial existente no edifício, foi concluída uma auditoria sobre as causas e verificada a responsabilidade do empreiteiro inicial sobre as anomalias detectadas. Como resultado foi accionada a garantia bancária do processo inicial tendo sido promovida uma empreitada de reparação e substituição dos sistemas existentes com vista à resolução definitiva da situação. A empreitada foi iniciada ainda no período do Verão, encontrando-se no final do ano em fase de acabamento, apresentando, no entanto, atraso face ao planeamento previsto e cuja responsabilidade será imputada ao Empreiteiro que está a efectuar as reparações.

➤ *Empreitada da envolvente do edifício CTT Expresso*

Tendo em conta a intenção do operador CTT Expresso de ampliar o edifício existente, no corpo correspondente à área de logística, houve necessidade de rever o tratamento da área envolvente a este edifício na procura de uma optimização dos espaços sobranceiros, do ponto de vista operacional e comercial. Para o efeito, foi desenvolvido um projecto que potenciava a criação de dois novos espaços, para concessão de terreno e reestruturava as áreas de estacionamento envolventes.

Com base no projecto desenvolvido, foi iniciada e concluída a obra respectiva, a qual incluiu um reforço da vedação Sul/Nascente da Plataforma dos Álamos, com introdução de um muro de betão e um novo portão para saída de emergência e passagem de pessoas.

➤ *Petit Forestier*

Foi prestado apoio técnico à obra da empresa Petit Forestier, na zona nascente do mercado, para efeitos de compatibilização de empreitadas e disponibilização de infra-estruturas, as quais só foram possíveis, com a realização da empreitada da envolvente do edifício dos CTT Expresso.

➤ *Transferência de cabine para a Plataforma do Rouco*

Após reestruturação do sistema do pórtico, foi possível deslocar uma das cabines de portageiro para a Plataforma do Rouco, tendo como objectivo um controlo mais eficaz no acesso ao pavilhão do Pescado. Esse investimento rondou os 7.200€, incluindo, alteração da cabine existente com introdução de um vão de correr, desmontagem e posterior montagem de quadro

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

eléctrico e comandos, corte de pavimento e execução de uma “ilha” em betão armado, fornecimento e montagem de semáforos, desmontagem e posterior montagem de barreira já existente, identificação luminosa da cabine, colocação de balizas rebatíveis de sinalização e lombas para redução de velocidade.

Energia - Optimização da eficiência energética

Após negociação de tarifário com a EDP, poderemos considerar uma diminuição de custos anual na ordem dos 60.000 euros em 2010, mesmo considerando um aumento de consumo da ordem dos 155KWh, comparativamente a 2009.

Com o principal intuito de redução efectiva de energia nos edifícios do MARL, em 2010 a EDP realizou uma auditoria técnica, por um processo de amostragem, avaliando as condições de segurança das instalações eléctricas do MARL, tendo sido efectuados os seguintes trabalhos:

- Medições de segurança desde o posto de transformação até às tomadas de usos gerais;
- Verificação da conformidade regulamentar da instalação;
- Levantamento das necessidades de alteração da instalação para realização de projecto de gestão de consumos de energia do edifício (por cargas principais);
- Verificação de possíveis medidas de eficiência a preconizar e que permitissem uma redução do consumo energético dos edifícios.

Foi elaborado relatório pela EDP, apenas assente na verificação das condições de segurança, e preconizadas acções correctivas e de melhoria, as quais foram, de imediato, tidas em conta pelos técnicos responsáveis da instalações eléctricas no MARL, tendo-se procedido à sua resolução. Convém referir que, na análise dos referidos técnicos, foi referido que as não conformidades apresentadas no relatório da EDP foram consideradas tecnicamente aceitáveis, em instalações eléctricas com a complexidade e extensão do MARL, não pondo em perigo a segurança quer das instalações, quer das pessoas.

Relativamente ao consumo de lâmpadas, obteve-se durante o ano de 2010, uma redução de 66,8%, traduzida em cerca de 4.900 euros, na aquisição deste equipamento, atendendo a uma gestão mais eficiente na sua substituição, em todos os edifícios do Mercado.

Ainda no âmbito da eficiência energética foi adjudicada auditoria sobre este tema, aplicada às infra-estruturas energéticas de produção, transporte e consumo para o MARL. Considera-se que

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

esta prestação de serviços só poderá ser assegurada em duas fases (fase I - inspecção e auditoria e fase II - acompanhamento e gestão de energia), estando a segunda dependente das conclusões da primeira, designadamente por força da sustentabilidade técnico - económica das soluções preconizadas e rentabilidade das mesmas.

Água - Optimização do consumo

Também nesta área a MARL considerou investir numa prestação de serviços, para a redução de consumos de água, concretamente na redução da água não facturada, considerando 2 fases de actuação:

➤ Fase 1 - Análise e Definição do Plano de Intervenção

- Definição dos padrões de consumo;
- Balanço hídrico do sistema de abastecimento de água;
- Análise da eficiência operacional do sistema;
- Quantificação dos usos da água por pavilhão;
- Quantificação da água não facturada;
- Tratamento e análise da informação histórica de consumos;
- Identificação de eventuais investimentos a realizar;
- Plano de intervenção com a definição das metodologias a implementar no âmbito dos planos de acção com vista à redução de água não facturada;

Como resultado desta análise foram identificados os problemas e desenhada a estratégia de intervenção da água não facturada em três parcelas a designar, consumo autorizado não facturado, perdas aparentes e perdas reais, e definidas acções correctivas para cada uma destas parcelas.

➤ Fase 2 - Aplicação do Plano de Intervenção da Fase 1

Esta fase só terá seguimento durante o ano de 2011.

De salientar que, no decurso do mês de Agosto, se registou uma rotura de grandes proporções junto a um dos pavilhões e que ao mesmo tempo se detectou uma fuga de água não identificada até então, uma vez que o tubo estava enterrado num lote vazio. No seguimento

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

destas ocorrências verificou-se uma diminuição acentuada do caudal instantâneo, lido na telegestão, comparativamente com as leituras registadas antes das ocorrências.

Resíduos - Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos

A redução de resíduos equiparados a urbanos é uma das opções prioritárias para o MARL e, consequentemente, a diminuição dos custos e melhoria da eficiência dos processos de gestão de resíduos, sendo que este processo deve ser orientado por uma política ambiental que estabeleça as obrigações do MARL e dos seus operadores, nesta matéria, bem como procedimentos de sensibilização ambiental que permitam o seu reforço e implementação.

Será assim vantajoso investir na recolha selectiva, na medida em que reduz a factura associada ao tratamento e destino final dos resíduos e, simultaneamente, obtêm-se receitas através da entrega de resíduos para a reciclagem.

Pelo histórico existente no que respeita ao depósito de resíduos, não foi possível, ainda, alcançar uma separação satisfatória dos resíduos orgânicos produzidos no Mercado. Neste sentido, decidiu-se adjudicar uma prestação de serviços a uma empresa da especialidade que, em colaboração com a MARL, se propõe adoptar um conjunto de acções que visem minimizar os custos nesta área, como sejam:

- Definição de uma política ambiental;
- Aquisição de equipamento por tipologia de resíduos, tendo em vista a correcta separação de resíduos;
- Reestruturação das áreas de deposição de resíduos, designadamente através da melhoria da sinalética/identificação destes locais;
- Implementação de recolha selectiva equiparados a urbanos nos restaurantes;
- Estudo da possibilidade de encaminhar os resíduos resultantes da separação selectiva para uma unidade de triagem próxima do mercado;
- Elaboração de brochuras de sensibilização sobre a gestão de resíduos, por sector de actividade;
- Realização de acções de sensibilização/formação sobre a gestão de resíduos, nomeadamente, divulgação de regras de boas práticas junto dos operadores;

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

- Definição e comunicação de obrigações em matéria de gestão de resíduos aos operadores e prestadores de serviço;
- Reforçar as acções de fiscalização, no que diz respeito à separação de resíduos;
- Estabelecer um acordo cívico com os operadores, assinado pelos mesmos, para uma gestão sustentável dos resíduos.

Esta prestação de serviços merecerá uma atenção especial no decurso do exercício de 2011.

Serviço de Portagem

Em 2010, registou-se uma afluência média ao Mercado, em linha com a registada em anos anteriores, verificando-se, no entanto, uma ligeira quebra de receitas desta unidade de negócio, na ordem dos 7,3%, reflectindo quebras originadas pela obsolescência do sistema de controlo de saídas do Mercado.

Face a este fenómeno, e após o levantamento exaustivo das necessidades do sistema do pórtilco efectuado no ano de 2009, concluiu-se que era fundamental implementar um novo sistema de gestão de entradas/saídas de viaturas no MARL. Nesse sentido, procedeu-se, em 2010, ao lançamento de concurso para “Remodelação, Fornecimento e Instalação do Sistema de Controlo de Acessos no MARL”, tendo sido adjudicado à Resopre - Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A.

Saliente-se que a implementação deste novo sistema permitirá uma economia em custos de manutenção na ordem dos 40.000 euros/ano.

Com a implementação deste novo sistema reorganizou-se toda a actividade do pórtilco, nomeadamente:

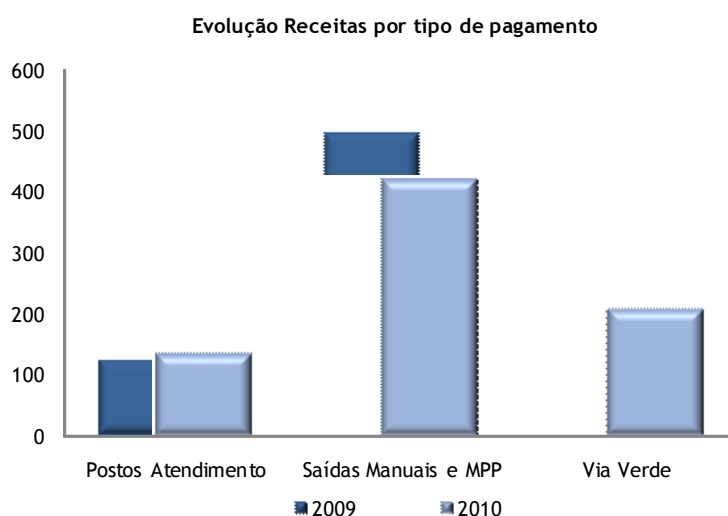
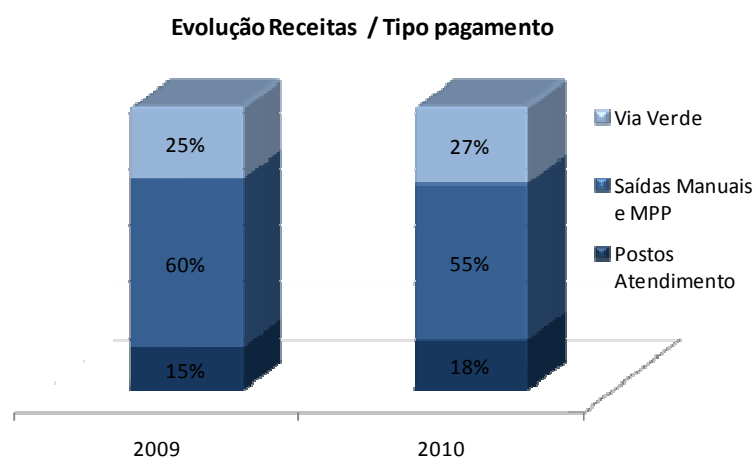
- ✓ As caixas de pagamento automático passam a ficar na zona de área de serviço da Repsol;
- ✓ Desactivação de uma das caixas de pagamento manual (Via 8);
- ✓ Colocação de uma câmara de reconhecimento de matrículas;
- ✓ Os cartões de saída passaram a ser de código de barras.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Em Dezembro, deu-se o arranque do novo sistema, verificando-se desde logo uma melhoria na circulação do tráfego na praça do pórtico, permitindo assim uma melhoria nas condições de acessibilidade dos nossos utentes e clientes do mercado.

Relativamente ao novo sistema, os passes anuais de saída e os bilhetes pré comprados sofreram alterações, quer em termos de imagem, quer no seu valor, aplicando-se uma redução ligeira no preço dos passes anuais, pré carregados e bilhetes pré comprados, na expectativa de uma maior adesão aos mesmos por parte dos nossos utentes.

A análise das receitas por tipo de pagamento, em 2010, evidencia já um aumento da adesão de utentes a alternativas de pagamento mais económicas, designadamente, à via verde e postos de atendimento, como poderemos analisar nos gráficos seguintes:



MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

4.4. ÁREA JURÍDICA

No âmbito da Assessoria Jurídica foram, durante o ano de 2010, acompanhados e resolvidos 335 processos, dos quais:

- 32 extrajudicialmente, evitando desta forma a resolução judicial de alguns deles pela via litigiosa, sendo que 26 destes processos foram Acordos de Rescisão e 6 foram Acordos de Plano de Pagamento;
- 16 extrajudicialmente, através de resolução contratual unilateral;
- 6 cartas de resolução contratual no acompanhamento do controlo de taxas de acesso, através de aval, em dívida;
- 11 cartas de resolução contratual no acompanhamento da ocupação indevida de terceiros permitida pelos operadores nos espaços;
- 139 cartas de resolução contratual unilateral no acompanhamento do procedimento de controlo de crédito;
- 89 processos regularizados com as alterações contratuais solicitadas pelos operadores, sendo que 55 destes processos foram cedências de posição contratual, 16 foram processos de regularização de troca de espaço e 16 regularizaram outros acordos ou aditamentos;
- 39 novos contratos de utilização de espaço;
- 1 Protocolo de utilização de espaço;
- 4 Contratos de prestação de serviços que permitiram a optimização de diversos serviços na área Técnica e Manutenção.

No âmbito da assessoria jurídica de natureza judicial, foi prestado um acompanhamento sistemático e permanente ao patrocínio judiciário assegurado pela sociedade Almeida Ribeiro & Associados, em litígios de natureza cível (incluindo laboral) e de natureza penal.

Estes processos encontram-se discriminados no Anexo às Demonstrações Financeiras.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

4.5. QUALIDADE

Atendendo a que um dos principais objectivos, é a melhoria contínua da satisfação dos nossos clientes, foi mais uma vez realizado um “Inquérito de Avaliação da Satisfação dos Clientes”, com periodicidade anual, tendo-se verificado uma taxa de adesão de cerca de 46%, superior aos 26% registados no ano de 2009, tendo-se procedido posteriormente à elaboração de um relatório, no qual se demonstrou o reflectido nas respostas ao citado inquérito pelos operadores instalados no Mercado. Neste relatório salientaram-se as questões mais relevantes para que a MARL, SA envide todos os seus esforços para assegurar, numa base sistemática, a melhoria contínua da gestão e organização do mercado, permitindo identificar alguns problemas e implementar as acções necessárias para os corrigir.

Sendo uma preocupação constante a resolução de eventuais problemas que possam ocorrer da actividade corrente do Mercado, deu-se sequência ao procedimento interno de tratamento de reclamações, tendo-se registado um total de 189 reclamações, das quais se destacam 87 provenientes dos pavilhões hortofrutícolas, 20 do sector do pescado, 17 do pavilhão das flores e 9 de grandes clientes, sendo as restantes de outros utentes do Mercado.

Verifica-se um aumento de cerca de 26 (+16%) relativo ao número de reclamações registadas no ano anterior. A área em que se tem verificado, ao longo dos anos, maior número de reclamações é a Segurança que registou 74, em 2010. Esta área recebe muitos pedidos de verificação de imagens devido, essencialmente, a questões relacionadas com problemas de tráfego e condução, existindo diversos danos em viaturas e instalações e também porque os utentes são pouco cautelosos com os seus próprios bens e mercadorias, deixando muitas vezes as viaturas abertas e a mercadoria nas plataformas exteriores dos Pavilhões.

No ano em apreço, também salientamos as 28 reclamações recepcionadas devido a avarias no sistema do pórtico, tendo a MARL em Dezembro de 2010, como já referido, procedido à substituição do mesmo.

4.6. RECURSOS

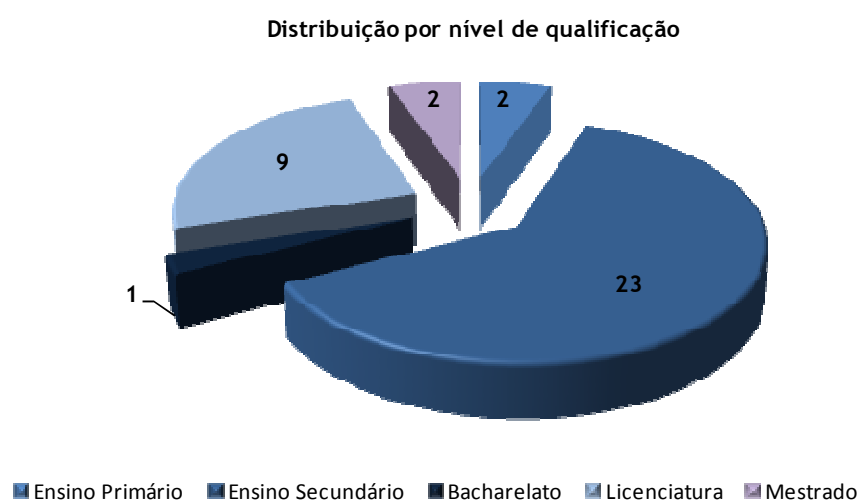
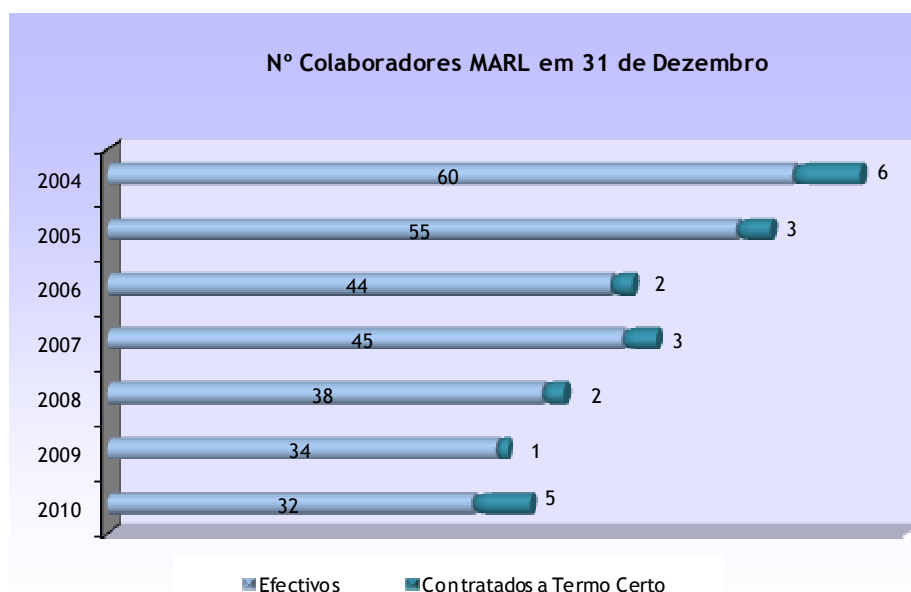
RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2010, a MARL, SA empregava 37 colaboradores, mais dois do que em 31 de Dezembro de 2009.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Em 2010, foram realizadas alterações na estrutura organizativa da empresa que conduziram à reafecção de recursos, nomeadamente, na área operacional. Em 2010, entraram ao serviço da empresa 5 novos colaboradores admitidos com contrato a termo certo, sendo afectos à área operacional, e em substituição de outros que saíram da empresa.

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição dos colaboradores por tipo de contrato e níveis de qualificação:



MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Ao analisarmos o perfil etário da empresa verifica-se que a idade média é de 39 anos. A distribuição etária dos colaboradores permite verificar que a empresa aposta num quadro de pessoal jovem, sendo que dos 37 colaboradores, 28 encontram-se numa faixa etária com menos de 44 anos.

Faixa etária	2009	2010	Total
18 a 44 anos	19	9	28
>= 45 anos	8	1	9
Total	27	10	37

Na linha do que vem sendo feito desde há 4 anos, foram avaliados de forma sistemática os colaboradores da empresa. Os resultados são os abaixo expressos e evidenciam um nível geral de avaliação muito satisfatório.

Avaliação	2009	2010	%
Muito Bom	8	9	29%
Bom	21	19	61%
Suficiente	5	2	6%
Insuficiente	0	1	3%

Absentismo

O absentismo, em 2010, atingiu um total de 2.796 horas, representando cerca de 3,98% do tempo potencial de trabalho no ano de 2010. Este total de horas de absentismo ficou a dever-se aos seguintes motivos:

Ausências ao Trabalho (horas)	2009	2010	Var.
Por doença	834	512	-39%
Assistência à Família	238	24	-90%
Maternidade/Paternidade	1.799	1.490	-17%
Acidentes de Trabalho	0	598	-
Outral	0	173	-
Total	2.871	2.797	-3%

Formação

Foi reforçada, em 2010, a aposta na gestão dos recursos humanos da empresa e a gestão do conhecimento foi uma preocupação presente nas políticas da empresa, tendo sido dada particular atenção às acções de formação e valorização profissional, em áreas que permitam

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

uma maior adaptabilidade à situação profissional dos colaboradores.

Nesse sentido, foram colocadas à disposição dos colaboradores da empresa 9 acções de formação, a que correspondeu um total de 3.883 horas, em que participaram 32 colaboradores. Estas acções incidiram em áreas como “Orçamento de estado e encerramento de contas”, “Fiscalidade”, “Folha de cálculo inicial”, “Folha de cálculo avançada”, “Língua inglesa”, “Primeiros socorros”, “Relacionamento interpessoal e negociação”.

Na sua maioria, as acções integraram um projecto de formação de um Centro de Formação, financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português no âmbito do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano, tendo sido ministradas nas instalações da empresa, dando origem a receitas de aluguer de sala, que serão aplicadas em acções de formação específicas.

Nos quadros apresentados seguidamente podemos verificar a distribuição das acções de formação, o número de horas utilizadas e o número de participantes:

Acções de Formação	2007	2008	2009	2010
Interna	2	0	1	0
Externa	8	9	12	9
Total de Acções	10	9	13	9

Número de participantes	2007	2008	2009	2010
Acções Internas	25	0	3	0
Acções Externas	30	8	6	32
Total de participações pelas Acções	55	8	9	32

Número horas de Formação	2007	2008	2009	2010
Acções Internas	19	0	3	0
Acções Externas	146	374	186	3.883
Total de horas	165	374	189	3.883

A MARL, SA continuou a apoiar a SIMAB através da prestação de serviços nas áreas de recursos humanos, sistemas de informação e financeira, trabalho que estende o seu âmbito a todas as empresas a que a SIMAB presta serviços.

Medicina do trabalho

Em 2010, realizaram-se 16 exames de medicina do trabalho, dos quais 11 periódicos e 5 de admissão. Realizaram-se duas campanhas de doação voluntária de sangue com a participação dos nossos colaboradores.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Seguros

Em 2010, garantimos a manutenção da carteira de seguros com a João Mata, Lda, com vista a beneficiar das melhores cotações/condições das apólices dos seguros de acidentes de trabalho, saúde, responsabilidade civil e multi-riscos.

Os pequenos sinistros ocorridos lesando operadores têm sido pontuais e de rápida resolução pelas seguradoras.

Dado tratar-se de um assunto complexo, todas as apólices entregues pelos operadores no MARL são remetidas para a João Mata, Lda para análise. Até ao momento foram aceites 288 apólices colocadas em diversas seguradoras e encontram-se em fase de análise cerca de 151 apólices.

Frota Automóvel

No seguimento da aplicação da ordem de serviço nº. 003/2007, que regulamenta a aquisição de viaturas em regime de aluguer operacional, encontram-se abrangidas por estes contratos dez viaturas. A MARL, SA mantém ainda no seu activo uma viatura afecta ao serviço de limpeza urbana, encontrando-se em negociações para a sua alienação e afectação por transferência de propriedade ao prestador de serviços.

Nº Viaturas	2007	2008	2009	2010
Total	23	21	17	16

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2010, dando continuidade à consolidação do projecto de reengenharia de processos implementado ao nível da gestão do accionista SIMAB, numa perspectiva de melhoria contínua, foram implementados novos procedimentos que conduziram a uma simplificação de processos de gestão interna, permitindo não só corrigir ineficiências como uma melhoria na produção e na qualidade da informação de gestão em áreas críticas do negócio.

Em 2010, a área de Sistemas de Informação continuou a desenvolver actividades que visam alcançar uma gestão eficiente ao nível de equipamento e dos sistemas de informação, numa perspectiva de grupo, e com enquadramento na prestação de serviços da MARL à SIMAB. Do conjunto de iniciativas realizadas, destaca-se:

- *upgrade* de versão do Primavera LE6 para LE7.55, no MARL;

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

- Potencialização da intranet com as seguintes acções:
 - i. Desenvolvimento de aplicações que já se encontram em produtivo:
 - Disponibilização dos contactos dos operadores (do MARL), com contracto activo, e cujos dados estejam inseridos no Primavera;
 - Aplicação de gestão e registo das saídas franqueadas no pórtico;
 - Elaboração de relatórios sobre a informação registada nas aplicações de Help Desk de informática e de registo de Anomalias na manutenção;
 - Interface de integração do TimeSheet e o Primavera (para a SIMAB);
 - Elaboração de relatórios e registo dos dados disponibilizados pela ferramenta de Anti Spam - Anubis;
 - Solução de *messaging* para a recepção do MARL/SIMAB;
 - ii. Desenvolvimento de aplicações que ainda se encontram em elaboração:
 - Registo de correspondência e *workflow* dos documentos;
 - Mapas de férias e ausências dos funcionários da MARL;
- Apoio na substituição do sistema do pórtico com as seguintes acções:
 - i. Exportação da informação necessária do sistema anterior;
 - ii. Integração do novo sistema na nossa rede de dados.
- Dotação da sala polivalente, no MARL, com infraestrutura de som e vídeo;
- Upgrade dos softwares de Firewall (CheckPoint) e anti-vírus (Trend Micro);
- Instalação de alguns serviços de rede (servidor de domínio, servidor de DNS, servidor de anti vírus,) em servidores virtuais sobre um equipamento instalado para o efeito.

De realçar ainda a intervenção desta área nas seguintes situações:

- Conceptualização, consulta, análise de propostas e acompanhamento do projecto de renovação da infra-estrutura da rede de dados e voz, nos escritórios do MARÉ;
- Apoio na ligação por fibra óptica da portaria aos escritórios no MAC;
- Apoio no projecto de renovação de imagem nas empresas do grupo.

Ao nível das telecomunicações, em virtude do fim da data de vigência do contrato realizado em 2000 com a PT, foram encetadas negociações com vista à prorrogação do mesmo pelo período de um ano, prazo em que decorrerá a promoção do lançamento do concurso público para a prestação integrada dos serviços de telecomunicações. Assim, no final de 2010, foi lançado o concurso para a “Prestação de Serviços de Consultoria para a Elaboração de Caderno de Encargos e Acompanhamento do Projecto de Renovação da Plataforma de Comunicações e Serviços de Voz e Dados no Campus MARL”, cujo relatório de análise de propostas já se encontra concluído.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económico-financeira que se apresenta desenvolve os resultados alcançados durante o exercício de 2010, assim como a situação patrimonial e financeira da MARL, SA em 31 de Dezembro de 2010.

Até 31 de Dezembro de 2009, a MARL elaborou e publicou as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. A partir do exercício económico de 2010, a preparação daquelas demonstrações financeiras é efectuada conforme as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo sido transpostos para o mesmo os dados de 2009, no sentido de garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras.

A este propósito, e antes de apresentar a análise económica e financeira da empresa, fazemos referência a duas situações de impacto relevante nesta análise:

A primeira relaciona-se com a alteração da política contabilística no que respeita ao reconhecimento no balanço dos edifícios construídos pelos operadores no Mercado, com cláusula contratual de reversão dos mesmos para o MARL, concluindo-se que esta situação preenche os critérios de reconhecimento de um activo, segundo as normas do SNC.

De facto, antes da entrada do novo normativo contabilístico, a noção de activo estava relacionado com o conceito de património, o que implicava que para ser considerado como tal, tinha de ser propriedade da empresa. Hoje em dia, segundo o SNC, um activo é um recurso controlado pela empresa, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que para a mesma fluam benefícios económicos futuros.

Tendo estes dois enquadramentos presentes, até 31 de Dezembro de 2009, a contabilização das situações em que a construção dos pavilhões recaia sobre o operador, com cláusula contratual de reversão para o MARL, era efectuada reconhecendo aquele apenas no final do contrato. A partir de 1 de Janeiro de 2010, parece-nos que é de considerar o imóvel desde o primeiro momento, uma vez que as regras de reconhecimento, designadamente: (i) a satisfação da definição, e (ii) a capacidade de estimar com fiabilidade o custo do item.

Relativamente ao primeiro critério, poder-se-á dizer que ele é satisfeito, pois é um bem controlado pelo MARL como consequência de acontecimentos passados, que gera directa ou indirectamente benefícios económicos futuros, porquanto:

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

- a) contratualmente, o operador está condicionado a autorização escrita do MARL quanto à alteração da actividade exercida no espaço;
- b) alterações de âmbito estrutural dos edifícios têm que ser autorizados pelo MARL;
- c) o incumprimento definitivo definido contratualmente, confere ao MARL o direito de resolução que lhe assiste, vedar o acesso ao Mercado do Operador e dispor de imediato do espaço;
- d) no termo do contrato, reverte para o MARL o espaço, bem como todas as benfeitorias efectuadas no mesmo.

Acresce ainda, que o MARL cobra uma taxa de utilização ao operador, a qual engloba um pagamento pela utilização do espaço por parte daquele. Tal facto significa, indubitavelmente, que é a MARL, SA e não o operador que assume os riscos e benefícios da posse do activo.

Relativamente ao segundo critério, é possível determinar com fiabilidade o custo do activo.

Desta forma, esta situação deverá configurar um activo para o MARL e um direito à utilização do espaço para o Operador. Nesta perspectiva, não havendo contrapartida monetária para o registo do activo, e por analogia ao tratamento contabilístico das taxas de acesso liquidadas pelo operador (integradas em proveitos do exercício durante o período contratual), procedeu-se à contabilização deste activo por contrapartida de uma conta de diferimentos, sendo integrada em proveitos pelo período do contrato, por força da característica qualitativa da fiabilidade.

Para se obter esta característica fundamental (só com ela se consegue dar uma imagem verdadeira e apropriada da entidade) é necessário atender à substância económica das operações, independentemente da sua forma legal.

Assim, duas situações em que a substância económica é idêntica, têm que ser tratadas de forma idêntica. Tal obrigação origina que se tenha que tratar de forma idêntica uma situação em que o operador paga a taxa de acesso e o MARL constrói o imóvel e outra em que o operador não paga a taxa de acesso (ou pagando-a, a mesma é de valor inferior) e é este que constrói o imóvel.

Numa perspectiva conservadora, valorizámos este registo pelo valor patrimonial atribuído ao imóvel pelas finanças, pelo qual o MARL liquida Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Os impactos deste registo encontram-se descritos no Anexo ao Balanço.

A segunda situação que merece aqui referência está relacionada com o registo contabilístico dos edifícios do MARL, à luz do novo normativo contabilístico, designadamente, da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11). A questão que se levanta respeita à classificação das instalações do Mercado como activos fixos tangíveis ou propriedades de investimento, uma vez que não existe

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

consenso sobre a sua classificação, dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer ou não os mesmos como propriedades de investimento, e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o factor determinante para a classificação dos activos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pelo MARL, como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis. Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pelo MARL.

Face ao exposto, a empresa optou por manter o registo contabilístico dos referidos activos em activos fixos tangíveis.

PERFORMANCE ECONÓMICA

O ano de 2010 vem confirmar o sucesso das estratégias implementadas nos últimos anos, apresentando um resultado líquido positivo no montante de 1.329 milhares de euros, representando uma subida de 498 milhares de euros (+60,0%), face ao ano anterior.

A redução dos custos operacionais em 494 milhares de euros (-7,9%) mais do que compensou o decréscimo dos proveitos operacionais no montante de 347 milhares de euros (-2,4%). O MARL continuou assim a aumentar o *EBITDA*, que totalizou no período o valor de 8.382 milhares de euros, cerca de 147 milhares de euros (+1,8%) acima do ano anterior. O resultado operacional (*EBIT*) ascendeu a 4.772 milhares de euros, representando este o melhor resultado de sempre e uma melhoria de 238 milhares de euros (+5,2%), face a 2009, sobretudo devido às iniciativas de controlo de custos e aumento de eficiência implementadas.

Para esta evolução contribuiu, essencialmente: (i) a redução dos custos operacionais *cash* em 494 milhares de euros (-7,9%); (ii) o aumento dos proveitos representativos do *core business* da empresa, ou seja, as taxas de utilização que, mesmo num contexto de crise económica e financeira, cresceram em 118 milhares de euros (+1,3%), face ao ano anterior.

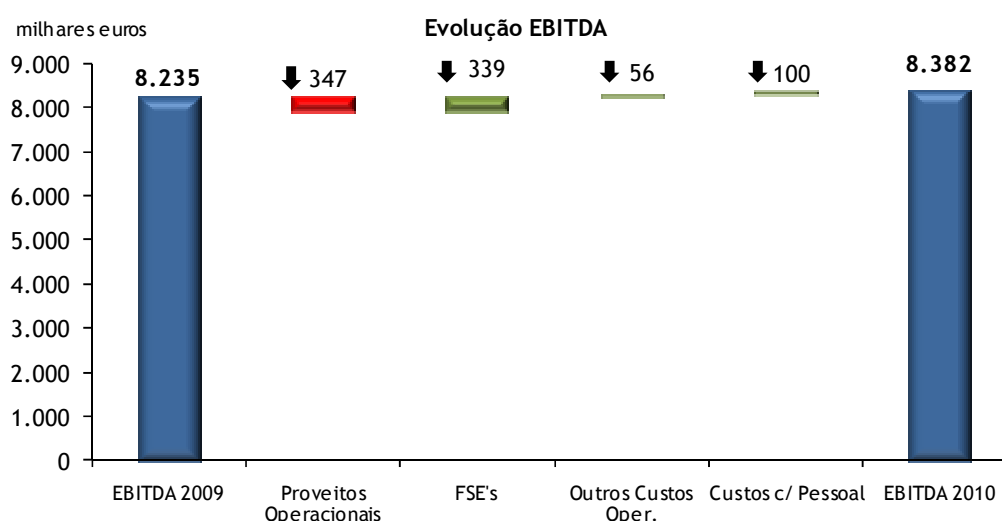
MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Em consequência dos resultados obtidos, a taxa de rentabilidade dos capitais próprios foi de 3,6%, mais 10 bp que no ano anterior.

Quadro 2: Síntese da Demonstração dos Resultados

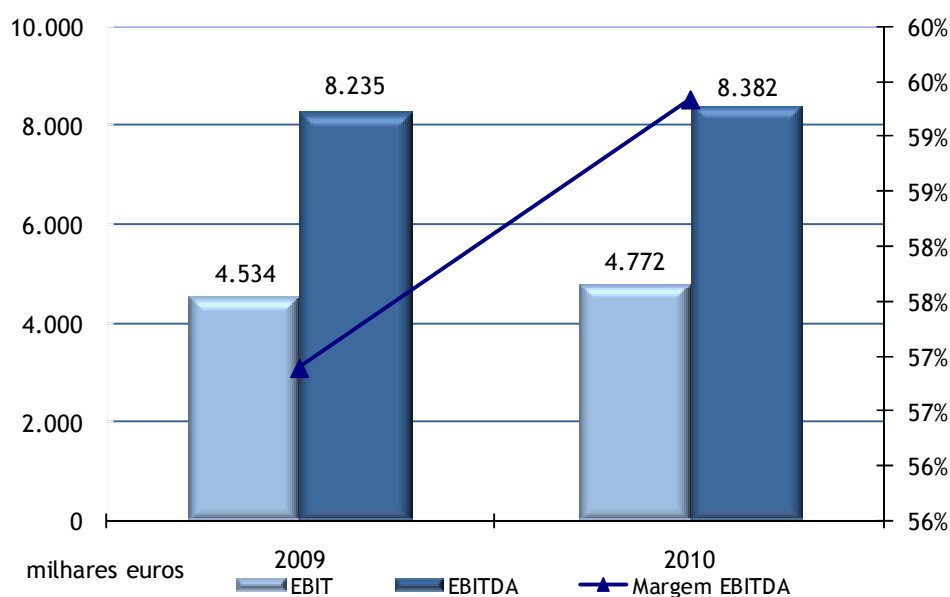
milhares de euros	2009	2010	%Var
Proveitos Operacionais	14.474	14.127	-2,4%
FSE's	4.292	3.953	-7,9%
Custos com Pessoal	1.343	1.243	-7,4%
Outros Gastos Operacionais	604	548	-9,3%
EBITDA	8.235	8.382	1,8%
Amortizações, Imparidades e Provisões	4.188	4.041	-3,5%
Reversões de Amortiz. e Ajustamentos	92	36	-60,8%
Subsídios ao Investimento	395	395	0,0%
EBIT	4.534	4.772	5,2%
Resultados Financeiros	-4.116	-3.705	10,0%
Itens não recorrentes ⁽¹⁾	367	-	-
Resultados Antes de Impostos	785	1.067	35,8%
Impostos	-45	-262	479,3%
Resultado Líquido	830	1.329	60,0%

Numa envolvente macroeconómica adversa, a empresa conseguiu assim ganhos de eficiência operacionais, com evidência na melhoria das margens operacionais, na margem *EBITDA* (*EBITDA* /proveitos operacionais) que atinge 59,3%, e na margem do *EBIT* que atinge 33,8%.



¹Inclui valores extraordinários que, em 2009, totalizaram o montante de 367 milhares de euros e correspondente a: (i) accionamento de garantias relativas à empreitada dos CTT (246 milhares de euros); (ii) mais-valia na alienação da participação financeira na MARL Energia (83 milhares de euros); (iii) mais-valia na alienação de viaturas (38 milhares de euros).

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---



PROVEITOS OPERACIONAIS

Num contexto de crise económica que, estrategicamente, conduziu a um enfoque na tentativa de manutenção dos contratos em vigor, face à tendência verificada para abandono de espaços comerciais por parte dos operadores, por impossibilidade de cumprimento do pagamento das taxas de utilização, registou-se um desvio favorável de 1,3% nos proveitos provenientes da actividade *core* da empresa, as taxas de utilização.

Não obstante, os proveitos operacionais registaram um decréscimo de cerca de 347 milhares de euros (-2,4%), face ao valor obtido em 2009, ascendendo a 14.127 milhares de euros. Esta variação resulta, essencialmente, de: alteração na prática contabilística referente ao repasse de água doce aos operadores que, em 2010, deixou de estar reflectido em proveitos, passando a registar-se nas contas como uma redução da respectiva rubrica de gastos (-213 milhares de euros); redução nos proveitos das portagens (-65 milhares de euros); redução dos proveitos dos lugares sazonais (-35 milhares de euros); redução nos proveitos da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual (-133 milhares de euros), e; redução da integração mensal de taxas de acesso (-48 milhares de euros).

De salientar, o aumento dos proveitos provenientes do consumo de frio em 27 milhares de euros (+9,8%), face ao ano anterior.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Quadro 3: Proveitos Operacionais

milhares de euros	2009	2010	%Var	Estrutura
Taxas de Utilização	9.181	9.299	1,3%	65,8%
Produtores (A03)	686	652	-5,0%	4,6%
Taxas de Acesso Produtores	125	126	1,3%	0,9%
Portagens	826	761	-7,9%	5,4%
Consumo de Frio	273	299	9,8%	2,1%
Outros Proveitos Operacionais	745	533	-28,5%	3,8%
Integração plena	594	461	-22,3%	3,3%
Taxas de Acesso (incorporação mensal)	2.044	1.996	-2,4%	14,1%
Total Operacional	14.474	14.127	-2,4%	100,0%

Com um peso relativo na estrutura de proveitos operacionais de 66%, os proveitos provenientes das taxas de utilização ascenderam a cerca de 9.299 milhares de euros, um acréscimo de 118 milhares de euros, face ao ano anterior, destacando-se o aumento de 5,5% e 22,4% nas taxas de utilização do pavilhão A08 e A11, respectivamente. De salientar ainda, o aumento de 7,8% nas taxas de utilização do NAC.

Quadro 4: Taxas de Utilização/Pavilhão

milhares de euros	2009	2010	%Var
Pavilhão A01	535	540	0,9%
Pavilhão A04	534	539	0,8%
Pavilhão A05	506	505	-0,2%
Pavilhão A06	531	536	1,0%
Pavilhão A07	416	417	0,2%
Pavilhão A08	490	518	5,5%
Pavilhão A09	164	172	4,6%
Pavilhão A10	350	349	-0,1%
Pavilhão A11	109	133	22,4%
Pavilhão R02	375	370	-1,3%
Pavilhão R04	419	433	3,2%
Pavilhão R07	1.296	1.262	-2,6%
NAC	517	557	7,8%
Outras Áreas	1.254	1.266	1,0%
CTT Expresso	1.684	1.701	1,0%
Total	9.181	9.299	1,3%

A rubrica “outros proveitos operacionais” inclui os proveitos provenientes de comissões sobre tráfego de voz, comissões sobre volume de negócios dos operadores, consumo de frio, água

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

salgada, despesas administrativas e outras prestações de serviços. Estes proveitos ascenderam a 533 milhares de euros, e representam cerca de 3,8% do total dos proveitos operacionais.

GASTOS OPERACIONAIS

O total dos gastos operacionais ascenderam a 9.786 milhares de euros, recuando 641 milhares de euros (-6,1%), face ao registado no ano anterior.

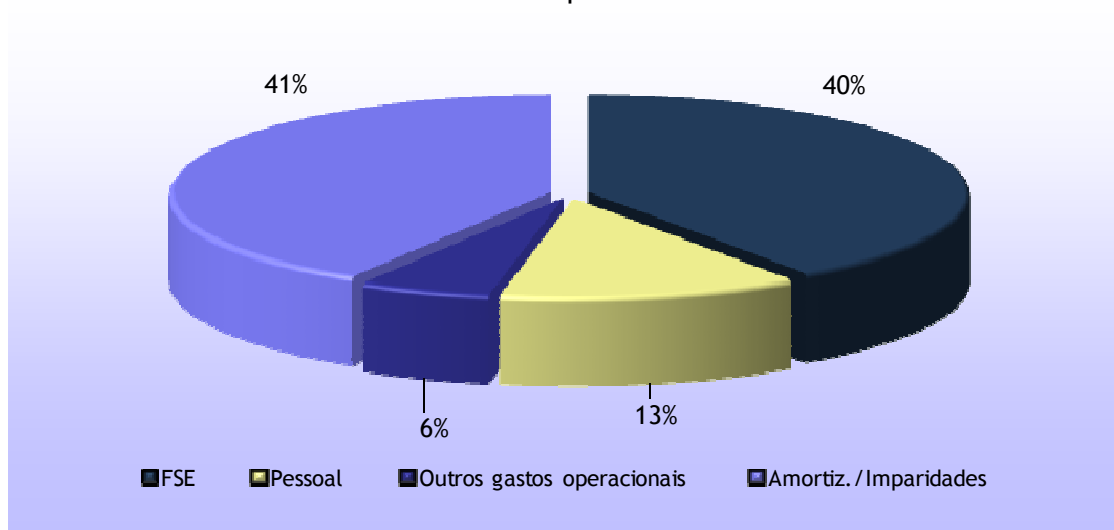
Os gastos operacionais *cash* diminuíram, em 2010, cerca de 494 milhares de euros (-7,9%), comparativamente com os valores registados no ano anterior, ascendendo a um montante de 5.745 milhares de euros. De registar que esta variação é influenciada pela alteração da prática contabilística relativa ao repasse de água doce aos operadores, já referida anteriormente, que em 2010 passou a registar-se na respectiva rubrica de custos. Expurgando este factor, os gastos operacionais *cash* teriam reduzido em 281 milhares de euros (-4,7%).

Nos gastos operacionais há a realçar o bom desempenho da função de gastos com pessoal, com um decréscimo de 7,4%, reflectindo o esforço efectuado nos últimos anos na procura de ganhos de eficiência a nível de capital humano.

Quadro 5: Estrutura dos Gastos Operacionais

milhares de euros	2009	2010	%Var	%Proveitos
FSE's	4.292	3.953	-7,9%	28%
Pessoal	1.343	1.243	-7,4%	9%
Outros	604	548	-9,3%	4%
Subtotal	6.239	5.745	-7,9%	41%
Amortizações	4.168	3.987	-4,3%	28%
Imparidades de dívidas a receber	20	54	174,3%	0%
Total Gastos Operacionais	10.427	9.786	-6,1%	69%

Estrutura Gastos Operacionais



Os gastos com **fornecimentos e serviços externos (FSE)**, que representam 28% dos proveitos operacionais, totalizam, em 2010, o montante de 3.953 milhares de euros, inferior em cerca de 339 milhares de euros (-7,9%), face a 2009. Numa base comparável, expurgando o efeito da alteração da política contabilística relativa ao registo do repasse de água doce, esta rubrica teria registado uma redução de 126 milhares de euros (-3,1%), face ao ano anterior.

As rubricas que mais contribuíram para esta evolução dos FSE's foram: conservação e manutenção (-178 milhares de euros); electricidade (-72 milhares de euros); limpeza (-73 milhares de euros) e segurança (-35 milhares de euros). No sentido inverso, verificou-se um aumento dos trabalhos especializados (77 milhares de euros), sendo que o aumento ocorrido nesta última rubrica respeita, em grande parte, a auditorias à rede abastecimento de água e electricidade, com vista à melhoria da eficiência, à realização do plano estratégico e à mudança de imagem da empresa.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos é de realçar o peso dos custos com limpeza, que representa 30% do total dos FSE e que ascendeu a 1.184 milhares de euros, e do custo com conservação e reparação, essencialmente direccionadas para infra-estruturas que, ascendendo a 610 milhares de euros, representa 15% dos FSE's.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Quadro 6: Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2009	2010	%Var	Estrutura
Electricidade	755	683	-9,5%	17,3%
Água	395	308	-22,0%	7,8%
Manutenção	788	610	-22,6%	15,4%
Limpeza	1.258	1.184	-5,8%	30,0%
Segurança	508	474	-6,8%	12,0%
Trabalhos Especializados	313	390	24,6%	9,9%
Outros	275	304	10,7%	7,7%
Total FSE's	4.292	3.953	-7,9%	100,0%

Os **gastos com pessoal** que representam cerca de 9% dos proveitos operacionais, ascenderam a 1.243 milhares de euros, representando um decréscimo de 100 milhares de euros (-7,4%), face ao ano anterior. Em 2010, esta rubrica incorpora ainda o montante de 65 milhares de euros, relativo a indemnizações por rescisão contratual decorrentes da saída de 4 colaboradores, enquanto que, em 2009, incorpora o montante de 157 milhares de euros. Expurgando este efeito, os custos com pessoal teriam ainda reduzido 3%.

Os outros gastos operacionais ascenderam a 548 milhares de euros, representando um decréscimo de 35 milhares de euros (-6%), face ao ano anterior e incluem o imposto municipal sobre imóveis (367 milhares de euros), taxas de saneamento (137 milhares de euros), donativos (27 milhares de euros) e quotizações (5 milhares de euros).

Os custos *non cash* (**amortizações, imparidades de dívida a receber e provisões**) ascenderam a 4.041 milhares de euros e situaram-se 3,5% abaixo do ano anterior. As amortizações diminuíram em 181 milhares (-4,3%), reflectindo o fim do período de vida útil de alguns bens, e as perdas por imparidade de dívidas a receber ascenderam a 54 milhares de euros, em 2010, que compara com 20 milhares de euros, em 2009. Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a partir de uma avaliação cuidada e aprofundada de riscos, a empresa considera que o valor acumulado das suas provisões é adequado e suficiente, pelo que, em 2010, não foram criadas provisões para riscos e encargos.

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros cifraram-se, no final de 2010, em 3.705 milhares de euros negativos, o que representa uma melhoria de 10% face aos 4.116 milhares de euros negativos registados em 2009, resultante essencialmente da redução do passivo bancário. Contudo, este impacto foi

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

mitigado pelo agravamento das condições de *pricing* das linhas de financiamento e das liquidações negativas registadas nos contratos de cobertura de risco de taxa de juro.

No final de 2010, a taxa de juro média, após derivados de cobertura, da dívida financeira da MARL, SA situava-se em 4,59% p.a.

APURAMENTO DO IMPOSTO

A linha de imposto teve um impacto positivo de 262 milhares de euros nos resultados do exercício, que compara com 71 milhares de euros no período homólogo, explicado por: (i) 503 milhares de euros, reflectindo a anulação de impostos diferidos activos, relacionado com a valorização dos contratos SWAP; (ii) 425 milhares de euros pela redução do imposto diferido passivo relacionado com a quantia de subsídios ao investimento ainda não reconhecida em resultados; (iii) 405 milhares de euros, pela constituição de impostos diferidos activos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, em virtude de uma alteração de estimativas relativamente à obtenção de lucros nos próximos anos.

PERFORMANCE FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA

A MARL, SA manteve, em 2010, a sua estratégia de investimento condicionada à realização de investimentos estruturantes e orientados para assegurar a satisfação das reais necessidades dos operadores e clientes do Mercado e que permitam assegurar a qualidade e o vanguardismo das instalações que coloca à disposição dos clientes.

O CAPEX da MARL, SA no montante de 891 milhares de euros, ligeiramente inferior ao de 2009, foi sobretudo direccionado: (i) à repavimentação do pavilhão do pescado; (ii) à melhoria contínua das infra-estruturas; (iii) obras de repavimentação do pavilhão do pescado e obras no sistema de drenagem do edifício dos CTT Expresso.

Na sequência das medidas de reestruturação levadas a cabo, com início em anos anteriores, a MARL, SA conseguiu fortalecer significativamente o seu balanço e a sua estrutura financeira, graças ao aumento da rentabilidade operacional e ao apoio dos seus accionistas.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Nesse sentido, na Assembleia Geral de 24 de Março de 2010, foi deliberada a realização de um aumento de capital social no montante de 8.698.518,10 euros a subscrever e a realizar totalmente pelo accionista SIMAB, realizado em 30% ao longo deste primeiro ano.

Da comparação das posições financeiras da empresa, em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, regista-se uma redução do activo líquido em 3.304 milhares de euros (-2,1%) para 156.844 milhares de euros. As principais variações encontram-se nas seguinte rubricas:

- na redução do activo fixo líquido (-3.103 milhares de euros), resultante do efeito conjugado das amortizações do exercício, no montante de 3.974 milhares de euros, e do investimento realizado, no montante de 891 milhares de euros;
- no acréscimo das dívidas de clientes, no montante de 85 milhares de euros, reflectindo o agravamento da conjuntura económica e financeira do país. Não obstante esta evolução, salienta-se o prazo médio de recebimentos de 36 dias que, num clima económico adverso, reflecte a eficácia dos processos de controlo da dívida implementados na empresa;
- na redução de outras contas a receber, em 214 milhares de euros.

O passivo, incluindo os diferimentos, ascendeu, a 31 de Dezembro de 2010, a 119.630 milhares de euros, reduzindo 8.779 milhares de euros (-6,8%), quando comparado com 31 de Dezembro de 2009 e inclui a variação nas seguinte rubricas:

- nas dívidas a fornecedores que registaram uma diminuição em 195 milhares de euros;
- na redução nas outras contas a pagar em 1.913 milhares de euros, essencialmente, relacionada com a variação do justo valor dos contratos de cobertura de risco de taxa de juro;
- na redução do passivo bancário em 3.754 milhares de euros, conforme apresentado no quadro abaixo;
- na redução dos diferimentos em 2.283 milhares de euros, essencialmente, pelo efeito da integração, em proveitos do exercício, de taxas de acesso.

No que se refere ao passivo, regista-se a substituição de dívidas a instituições de crédito, por contrapartida do aumento de fundos dos accionistas, em consonância com uma política de optimização da estrutura de financiamento da empresa.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

A melhoria da performance operacional, conjuntamente com uma gestão rigorosa do capital circulante, e com os *apports* de capital dos accionistas, reflectiu-se de uma forma bastante positiva, nos níveis de liquidez da empresa, permitindo gerar *cash flows* significativos, e uma consequente redução da utilização dos fundos bancários em cerca de 3.754 milhares de euros.

Os capitais próprios ascenderam a 37.215 milhares de euros, representando um aumento de 5.474 milhares de euros (+17%), face a 2009.

De registar ainda que, a MARL, SA amortizou, em 2010, a totalidade do empréstimo (2ª tranche) relativo ao financiamento do investimento realizado na construção do edifício dos CTT Expresso, no montante de 404 milhares de euros, através da utilização de valores cativos que colaterizavam este empréstimo, numa perspectiva de optimização de disponibilidades financeiras.

Quadro 7: Posição financiamento bancário

milhares de euros	31-12-2009	Utiliz. / (Amortiz)	31-12-2010
Linhas curto prazo			
Conta Cauconada	12.176	-4.398	7.778
Outros	47	-22	24
Linhas médio/longo prazo			
Financiamento investimento	50.381	-3.613	46.768
Empréstimo		1.980	1.980
Papel Comercial	20.000	2.300	22.300
Total	82.604	-3.754	78.851

A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

Quadro 8: Balanço Sintético

milhares de euros	2009	2010	%Var
Activo Fixo Líquido	155.420	152.316	-2,0%
Capital Circulante Líquido	68	409	503,3%
Outros	-10.748	-8.531	-20,6%
Diferimentos	-31.391	-29.108	-7,3%
Capital investido	113.348	115.086	1,5%
Dívida Financeira	82.604	78.851	-4,5%
Caixa e Depósitos Bancários	996	979	-1,7%
Dívida Líquida	81.608	77.872	-4,6%
Capital Social	21.301	23.911	12,3%
Reservas e Resultados Retidos	10.439	13.304	27,4%
Fundos Accionistas	31.740	37.215	17,2%

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

A actividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 5.836 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 1.031 milhares de euros, mas insuficiente para fazer face ao serviço da dívida do período, pelo que a empresa recorreu a linhas de apoio à tesouraria em cerca de 250 milhares de euros, tendo amortizado linhas de financiamento de médio e longo prazo, no montante de 3.980 milhares de euros.

De referir ainda a realização de capital, no montante de 2.610 milhares de euros, pelo accionista SIMAB, que permitiu garantir o cumprimento dos compromissos de natureza financeira em matéria de reembolso do empréstimo do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Quadro 9: Demonstração Sintética dos Fluxos de Caixa

milhares de euros	2009	2010
Fluxos de Caixa Operacionais	5.188	5.836
Fluxos de Caixa de Investimento	-1.850	-1.031
Actividades de Financiamento	-5.608	-4.823
Pagamentos Actividades Financ	-16.016	-9.814
Recebimentos Actividades Final	10.408	4.991
Variação de Caixa e seus Equivale	-2.270	-17

POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

A dívida bancária líquida, em 31 de Dezembro de 2010, atingiu 77.872 milhares de euros, o que representa uma redução de 3.736 milhares de euros (-4,6%), face a 31 de Dezembro de 2009.

Os *apports* de capital realizados pelo accionista SIMAB, SA, em 2010, permitiram fazer face ao pagamento das prestações de capital e juros relativas ao financiamento do BEI.

Ao nível do financiamento de curto prazo e da sua gestão de tesouraria, a MARL, SA continuou a privilegiar o recurso ao programa de “Papel Comercial”, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Mantendo uma política de gestão financeira pautada pela prudência dispunha, no final de 2010, cerca de 2.072 milhares de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Em resultado do trabalho realizado ao longo do ano, o balanço sai reforçado, para prosseguir um plano de expansão, delineado e preparado para fazer face às opções de crescimento, que se considerem criadoras de valor.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

ESTRUTURA DE CAPITALIS

Em 2010, foi dada continuidade ao esforço de dotar a empresa com uma estrutura de capitais capaz de suportar o elevado investimento realizado e o atraso no processo de reestruturação financeira da empresa que ainda não está concluída.

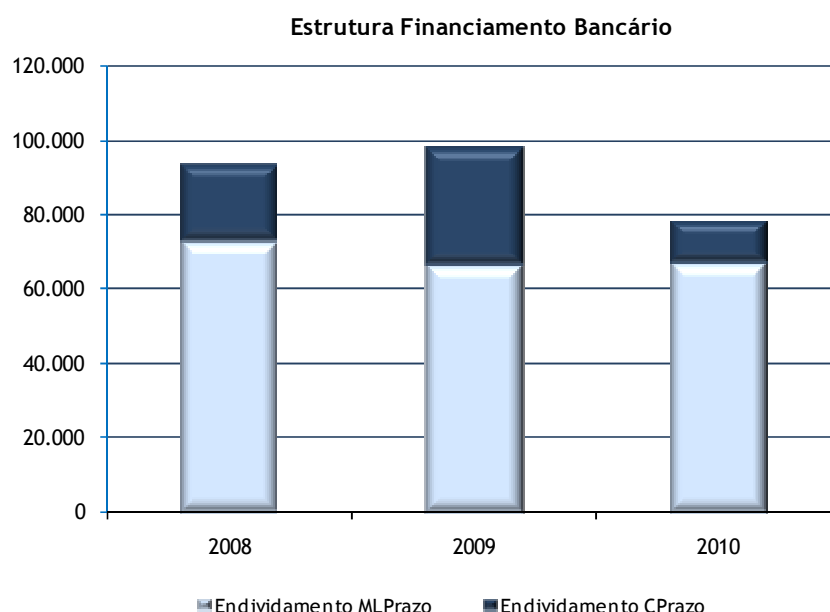
A solidez ao nível do *cash flow* operacional da MARL, SA, em 2010, encontra-se evidenciada no *EBITDA* que ascendeu a 8.382 milhares de euros, demonstrando a importância do auto-financiamento enquanto fonte de fundos da empresa.

O aumento da rentabilidade operacional, aliado à redução dos encargos financeiros, permitiu uma melhoria do rácio de cobertura de juros (*EBITDA* / juros) de 2,0x, em 2009, para 2,3x, em 2010.

A MARL, SA voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros, em face das entradas de capital verificadas nos últimos anos, e do reforço constante da capacidade de geração de *cash flow* operacional. O rácio de Dívida Líquida/*EBITDA* situou-se em 10,7x, que compara com 11,7x em 2009, reflectindo a redução do endividamento e o aumento do *cash-flow* operacional, que permitirá à empresa enfrentar os desafios de desenvolvimento e crescimento que se lhe deparam no futuro.

Prosseguindo uma política de estabilização das linhas de financiamento, tendo em vista o reforço do peso relativo do passivo de medio/longo prazo, no segundo trimestre de 2010, a MARL reestruturou, em 2010, uma linha caucionada no montante de 4.600 milhares de euros em: (i) Programa de Emissão de Papel Comercial, no valor de 2.300 milhares de euros, o qual tem prazo de 5 anos e garantia de tomada firme, pelo que esta forma de financiamento se encontra classificada como exigível a médio prazo; (ii) empréstimo a cinco anos, no montante de 2.300 milhares de euros, com amortização de capital em 60 prestações mensais e sucessivas. Esta reestruturação permitiu à MARL adequar melhor a estrutura de capitais à maturidade dos seus activos e reduzir de forma muito significativa o valor negativo da sua tesouraria líquida, evidenciando uma melhoria na estabilidade financeira em 2010.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---



No final de 2010, os capitais próprios (incluindo os proveitos diferidos) eram equivalentes a 42% dos capitais totais aplicados na empresa (activo).

Quadro 10: Rácios

	2009	2010
Endividamento	0,63	0,58
Estrutura do Endividamento	0,27	0,21
Autonomia ⁽¹⁾	0,37	0,42
EBITDA recorrente/ Juros Líquidos	2,0	2,3
Dívida Líquida/CP ⁽¹⁾	2,57	2,09
Margem EBITDA (EBITDA/Receitas Exploração)	57%	59%

(1) Considerando os proveitos diferidos das taxas de acesso como capitais próprios

GESTÃO DO RISCO

As actividades da MARL, SA estão expostas a factores de risco financeiro que resultam da sua actividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrentes do passivo financeiro. Ao nível da gestão do risco de liquidez, a empresa tem como política a manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das actividades operacionais e de investimento estejam assegurados por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

É política da MARL, SA garantir o acesso a linhas de crédito de utilização flexível e em montante adequado, pelo que tem contratado programas de papel comercial de 22,3 milhões de euros.

A totalidade da dívida financeira contraída está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Assim, em 2006, a MARL, SA encetou uma política de gestão de risco com o objectivo de reduzir a sua exposição a determinados riscos, resultantes da variação de taxa de juro. Nesse sentido, na medida das expectativas da evolução das taxas de juro e da ocorrência de impactos indesejáveis, foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, *swaps* de taxa de juro, *caps* e *floors*, tendo como objectivo a cobertura de risco de taxa de juro, pretendendo-se assim cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida. Em 2010, devido à conjuntura da evolução das taxas de juro, estas operações originaram liquidações negativas para a empresa.

A empresa procura o desenvolvimento de soluções para cobertura dos riscos identificados e nunca com o objectivo de *trading*.

Estes instrumentos são qualificados como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações de justo valor são registadas, por contrapartida de capitais próprios, de acordo com a NCRF 27 e devidamente expressas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL



PROGRAMA 5 AO DIA

O Programa 5 ao Dia está a decorrer no seu quarto ano consecutivo. De ano para ano tem sido notório o seu sucesso junto da comunidade escolar, pelo incremento do número das suas visitas.

Em 2010, a MARL, SA recebeu nas suas instalações 4.653 crianças, de vários estabelecimentos de ensino da área metropolitana de Lisboa, distribuídas entre alunos dos 1º e 2º ciclos. De modo a facilitar a deslocação das escolas ao MARL, no ano lectivo transacto o Programa 5 ao Dia desenvolveu e apresentou uma nova opção colocando à disposição dos estabelecimentos de ensino um serviço de transporte pago. Após um ano verificámos que foi um factor importante e decisivo para a maior adesão das escolas.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

O Programa 5 ao Dia, deu continuidade às visitas às Explorações Agrícolas, iniciadas no ano de 2008, organizadas em parceria com a FNOP- Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas, com a frequência de uma vez por semana. Nestas visitas participaram cerca de 850 crianças.

CAMPANHAS DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

No âmbito da colaboração entre a MARL, SA e o Banco Alimentar contra a Fome, mantivemos os acordos de cedência de espaço assinados em anos anteriores, assim como a estrita colaboração com os seus responsáveis nas operações de recolha de alimentos provenientes da actividade dos nossos clientes.

A MARL, SA mantém uma equipa de colaboradores que tem participado activamente nas campanhas de recolha de alimentos, em super e hipermercados.

OUTRAS ACÇÕES

Na sequência da decisão de melhorar a performance ambiental do mercado, estamos a desenvolver esforços para implementação de novos projectos na área ambiental, pela conjugação dos esforços de melhor recolha e selecção de resíduos sólidos, bem como no estudo da melhor solução para a triagem destes resíduos e sua deposição no exterior.

De igual forma, estão em análise propostas tendentes a melhorar a eficiência dos consumos energéticos, assim como explorar a utilização e abastecimento de água aproveitando os recursos naturais que nos pode proporcionar a inclinação do terreno onde se situa o MARL, as quais contamos avaliar e concluir a implementação ao longo de 2011.

7. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no valor de 1.328.694,51 euros (um milhão trezentos e vinte e oito mil seiscentos e noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- 66.434,73 euros para Reservas Legais (5%);
- 1.262.259,78 euros para Resultados Transitados.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não tem dívidas ao Estado e à Segurança Social.

Embora o esforço patente na reestruturação da organização seja evidente, a estrutura de capitais da empresa necessita ainda que se dê continuidade ao programa de reforço de capitais iniciado em 2005. Assim, e em conformidade com o plano apresentado no final desse ano, o Conselho mantém a proposta à Assembleia Geral, para reforço de capitais de montante nunca inferior a 15 milhões de euros, sem o qual a empresa não conseguirá evitar que os seus resultados voltem aos valores negativos.

9. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2011, dada a actual conjuntura macroeconómica internacional e nacional, marcada por inúmeras incertezas, a MARL, SA privilegiará uma postura de prudência financeira que reforce a robustez do balanço e maximize a rentabilidade dos activos.

Analizando a actividade e o desempenho da MARL, SA à luz da actual conjuntura económico-financeira, se por um lado podemos prever, no Orçamento para 2011, um ano difícil no que respeita à concretização de novos negócios - que estrategicamente nos levou a manter o enfoque na tentativa de manutenção dos contratos em vigor - podemos congratular-nos porque o ano que passou nos permite ter uma expectativa positiva para o futuro, na certeza de que cada vez terá que ser maior o rigor no controlo e na qualidade dos nossos serviços, processos e praticas de gestão, sempre fieis a uma cultura de eficiência de custos.

A MARL, SA mantém a visão ambiciosa que a motiva, confiante de que é viável atingir o objectivo de conseguir o crescimento sustentado com criação de valor, conciliando crescimento com rentabilidade, reforçando os negócios actuais e assegurando o retorno adequado de novos investimentos, designadamente através de uma política de dividendos, fundada na capacidade da empresa de gerar *cash flows* estáveis.

10. REFERÊNCIAS FINAIS

A concluir, o Conselho de Administração da MARL, SA quer expressar um firme reconhecimento e agradecimento aos seus Accionistas, pela confiança em si depositada.

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Aos restantes Órgãos Sociais, nomeadamente ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng. Carlos Teixeira, e ao Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, Dr. António Borges, pela postura de franca colaboração e proximidade expressamos igualmente o nosso agradecimento.

Porque mantemos a expectativa do seu suporte, agradecemos o apoio das instituições de crédito que têm acreditado no nosso projecto e viabilizado as nossa iniciativas.

À GNR de Loures, gostaríamos de endereçar uma palavra especial de reconhecimento pelo excelente trabalho de coordenação e reforço de segurança no perímetro do MARL, que continua a merecer elogios e o reconhecimento dos utilizadores do mercado.

Aos Bombeiros de Loures (Zambujal) nunca é demais referir a inextinguível prontidão e atenção com que acompanha e acode as nossas urgências e situações de risco, este ano felizmente em número reduzido.

Por último desejamos reforçar o agradecimento a todos os colaboradores e prestadores de serviços por todo o empenhamento, dedicação e capacidade profissional demonstrados, sem os quais não teria sido possível alcançar este bom desempenho.

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodio

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marques

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho

São Julião do Tojal, 8 de Março de 2011

MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, SA	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2010
--	---

Anexo ao Relatório de Gestão

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer acções ou obrigações em 31 de Dezembro de 2010, nem realizou transacções com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, António Borges- SROC, Lda, não detinha quaisquer acções ou obrigações em 31 de Dezembro de 2010, não tendo realizado quaisquer transacções com quaisquer títulos da Empresa.

LISTA DOS ACCIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, ERAM TITULARES DE ACÇÕES NOMINATIVAS REPRESENTATIVAS DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DA EMPRESA.

(Nos termos do disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Acções detidas em 31/12/10	% capital e direitos de votos
SIMAB- Soc. Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.	5.282.836	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	0,74%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro

un: Euros

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		2010	2009
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	8	152.309.106,33	155.410.774,21
Activos Intangíveis	7	7.125,29	8.949,96
Clientes M/L Prazo	25	29.347,66	21.815,66
Activos por impostos Diferidos	15	1.160.515,94	1.258.543,48
ACTIVO CORRENTE			0,00
Clientes	26	1.352.279,65	1.274.447,80
Estado e Outros Entes Públicos	27	177.291,82	142.255,22
Outras Contas a Receber	28	398.764,79	613.031,39
Diferimentos	29	431.051,48	422.755,46
Caixa e Depósitos Bancários	4	978.866,96	996.262,34
Total do Activo		156.844.349,92	160.148.835,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	6	23.911.037,09	21.301.481,66
Resultados Transitados		2.159.156,97	1.217.444,84
Outras variações no capital próprio		9.815.678,73	8.390.788,14
Resultado líquido do Período		1.328.694,51	830.467,07
Total Capital Próprio		37.214.567,30	31.740.181,71
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	13	33.343,74	33.343,74
Financiamentos Obtidos	30	67.269.079,18	67.046.170,57
Passivos por impostos diferidos	15	4.136.459,25	4.560.977,49
Outras contas a pagar		0,00	177.258,12
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	32	796.327,47	991.326,84
Adiantamentos de Clientes	33	9.901,88	14.526,44
Estado e Outros Entes Públicos	34	313.947,90	342.993,52
Financiamentos Obtidos	30	11.581.620,73	15.558.161,51
Outras contas a pagar	35	6.380.681,63	8.292.496,38
Diferimentos	31/36	29.108.420,84	31.391.399,20
Total do Passivo		119.629.782,62	128.408.653,81
Total do Capital Próprio e do Passivo		156.844.349,92	160.148.835,52

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodio

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marques

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

un: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		Dezembro 2010	Dezembro 2009
Vendas e Serviços Prestados	12	13.912.643,52	14.317.777,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	18	3.953.062,47	4.291.861,27
Gastos com o pessoal	19	1.243.388,40	1.342.988,83
Imparidade de dívidas a receber	11	18.038,40	-72.339,73
Provisões		0,00	0,00
Aumentos Reduções Justo Valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	20	609.449,92	918.081,75
Outros Gastos e Perdas	21	548.232,62	604.216,74
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.759.371,55	9.069.132,62
Gastos/Reversões depreciação e amortização	22	3.987.349,79	4.168.269,76
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.772.021,76	4.900.862,86
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	23	952,45	30.366,50
Juros e Gastos Similares Suportados	24	3.706.415,21	4.146.013,35
Resultados antes de impostos		1.066.559,00	785.216,01
Imposto sobre o rendimento do exercício	15	-262.135,51	-45.251,06
Resultado líquido do exercício		1.328.694,51	830.467,07

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodi

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marqu

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho

São Julião do Tojal, 08 de Março de 2011

Demonstração das alterações no Capital Próprio

un: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2010						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2009	1	33.667.999,06	12.073.937,70	(33.834.946,38)	(437.989,00)	(217.523,24)	11.251.478,14	11.251.478,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			(437.990,19)	1.217.444,84	8.828.777,14	0,00	9.608.231,79	9.608.231,79
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de				(217.523,24)		217.523,24	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(22.416.522,11)	(11.635.947,51)	34.052.469,62			0,00	0,00
	2	(22.416.522,11)	(12.073.937,70)	35.052.391,22	8.828.777,14	217.523,24	9.608.231,79	9.608.231,79
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					830.467,07	830.467,07	830.467,07
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			35.052.391,22		1.047.990,31	10.438.698,86	10.438.698,86
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		10.050.004,71					10.050.004,71	10.050.004,71
	5	10.050.004,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.050.004,71	10.050.004,71
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 / 1 DE JANEIRO DE 2010	6=1+2+3+5	21.301.481,66	0,00	1.217.444,84	8.390.788,14	830.467,07	31.740.181,71	31.740.181,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa							0,00	0,00
Valor Bruto					1.898.699,83		1.898.699,83	1.898.699,83
Impostos diferidos				183.357,88	(183.357,88)		0,00	0,00
Subsídios para activos depreciáveis - PROMAB							0,00	0,00
Valor Bruto					(395.172,00)		(395.172,00)	(395.172,00)
Impostos diferidos				(104.720,64)	104.720,64		0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de				830.467,07		(830.467,07)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				32.607,82			32.607,82	32.607,82
	7	0,00	0,00	941.712,13	1.424.890,59	(830.467,07)	1.536.135,65	1.536.135,65
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1.328.694,51	1.328.694,51	1.328.694,51
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0,00	0,00	941.712,13	1.424.890,59	498.227,44	2.864.830,16	2.864.830,16
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital	6	2.609.555,43					2.609.555,43	2.609.555,43
	10	2.609.555,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.609.555,43	2.609.555,43
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	11=6+7+8+10	23.911.037,09	0,00	2.159.156,97	9.815.678,73	1.328.694,51	37.214.567,30	37.214.567,30

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodio

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marques

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO) em 31 de Dezembro

un: Euros

	Notas	2010	2009
Actividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		14.225.098,71	13.726.372,25
Recebimentos de Taxas de Acesso		247.030,94	231.935,48
Pagamentos a fornecedores		-5.216.433,80	-5.320.482,23
Pagamentos ao pessoal		-1.197.753,20	-1.360.691,75
Fluxos gerados pelas operações		8.057.942,65	7.277.133,75
(Pagamentos)/recebimentos de IRC		-53.588,79	-38.971,07
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		-2.210.437,10	-2.077.414,61
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinários		5.793.916,76	5.160.748,07
Recebimentos relacionados com as rubricas extraordinárias		52.007,94	36.610,41
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-9.587,17	-9.622,18
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais 1		5.836.337,53	5.187.736,30
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	15.000,00
Activos Fixos Tangíveis		10.004,40	356.157,14
Activos Fixos Intangíveis		228,75	0,00
Juros e Rendimentos Similares similares		789,22	26.321,27
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso		-1.042.033,06	-2.247.111,27
Fluxos de Caixa das Actividades de investimento 2		-1.031.010,69	-1.849.632,86
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		2.381.619,00	4.000.000,00
Outros (swaps)		0,00	8.136,89
Aumento de Capital / Suprimentos / Prestações Acessórias	6	2.609.555,43	6.400.004,71
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6.135.248,12	-11.486.266,07
Amortizações de contratos de locação financeira		0,00	-4.885,86
Juros e Gastos similares		-3.678.648,53	-4.524.783,97
Fluxos das Actividades de Financiamento 3		-4.822.722,22	-5.607.794,30
Variação de Caixa e Seus equivalentes 4=1+2+3		-17.395,38	-2.269.690,86
Caixa e seus Equivalentes no início do período		996.262,34	3.265.953,20
Caixa e seus Equivalentes no fim do período		978.866,96	996.262,34

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

		2010	2009
Numerário		27.664,63	11.345,54
Depósitos bancários		951.202,33	984.916,80
Disponibilidades constantes do Balanço	4	978.866,96	996.262,34

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodio

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marques

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho



ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

A 31 DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em EUROS)

NOTA 1 - ACTIVIDADE

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA foi constituída por escritura pública, em 27 de Dezembro de 1993, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objecto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, directa ou indirectamente, do mercado abastecedor da região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, a prossecução de quaisquer outras actividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objecto social.

A empresa é detida pela SIMAB - Sociedade instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua empresa mãe a SIMAB, SA com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 - Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em Euros.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 15/2009, e de acordo com a estrutura conceptual (EC), modelos das demonstrações financeiras, código de contas, NCRF e normas interpretativas, consignadas respectivamente, no Aviso 15652/2009, Portarias 986/2009 e 1011/2009, Avisos 15655/2009 e 15653/2009, de Setembro de 2009.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

Até 31 de Dezembro de 2009, a MARL elaborou, aprovou e publicou, para efeitos do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). O exercício de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, conforme estabelecido pela NCRF 3.

As principais diferenças de políticas contabilísticas são as seguintes:

- O POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com o SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento da NCRF 6 - Activos intangíveis, foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.
- A MARL adoptou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis.
- Foram efectuadas algumas reclassificações de activos fixos tangíveis para intangíveis ou vice-versa, consoante o nível de identificabilidade dos itens em causa;
- O subsídio ao investimento, que se encontrava registado como proveito diferido, foi reclassificado para uma rubrica de capital próprio e reconhecido o correspondente passivo por impostos diferidos;
- O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários;

Os efeitos, no Balanço em 1 de Janeiro de 2009, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

RUBRICAS	01-01-2009		
	POC	Ajustamentos e	SNC
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	146.628.534,51	12.110.815,83	158.739.350,34
Activos intangíveis	39.191,19	(24.091,35)	15.099,84
Participações Financeiras - MEP	2.500,00	0,00	2.500,00
Total do activo não corrente	146.670.225,70	12.086.724,48	158.756.950,18
Activo corrente			
Clientes	1.204.871,07	1.679,46	1.206.550,53
Estado e outros entes públicos	117.549,79	18.667,75	136.217,54
Outras contas a receber	119.584,77	141.221,20	260.805,97
Diferimentos	716.350,79	(159.888,95)	556.461,84
Caixa e depósitos bancários	3.265.953,20	(1.679,46)	3.264.273,74
Total do activo corrente	5.424.309,62	0,00	5.424.309,62
Total do ACTIVO	152.094.535,32	12.086.724,48	164.181.259,80
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	33.667.999,06	0,00	33.667.999,06
Reservas	12.073.937,70	(12.073.937,70)	0,00
Resultados transitados	(34.052.469,62)	1.296.270,09	(32.756.199,53)
Outras variações no capital próprio	(437.989,00)	28.473.562,33	28.035.573,33
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00
Total do Capital Próprio	11.251.478,14	17.695.894,72	28.947.372,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	65.343,74	0,00	65.343,74
Financiamentos obtidos	73.121.898,80	0,00	73.121.898,80
Outras contas a pagar	310.201,65	0,00	310.201,65
Total do passivo não corrente	73.497.444,19	0,00	73.497.444,19
Passivo corrente			
Fornecedores	1.277.177,75	0,00	1.277.177,75
Adiantamentos de clientes	19.530,70	0,00	19.530,70
Estado e outros entes públicos	300.677,04	0,00	300.677,04
Accionistas/Sócios	3.650.000,00	0,00	3.650.000,00
Financiamentos obtidos	16.973.583,09	0,00	16.973.583,09
Outras contas a pagar	5.898.978,41	0,00	5.898.978,41
Diferimentos	39.225.666,00	(5.609.170,24)	33.616.495,76
Total do passivo corrente	67.345.612,99	(5.609.170,24)	61.736.442,75
Total do Passivo	140.843.057,18	(5.609.170,24)	135.233.886,94
Total do Capital Próprio e do Passivo	152.094.535,32	12.086.724,48	164.181.259,80

Nota: O balanço POC, em 1 de Janeiro de 2009, encontra-se ajustado (i) pelo efeito de reclassificações para que a natureza das rubricas seja comparável com o balanço em SNC e (ii) pelo efeito das regularizações não frequentes e de grande significado registadas em 2009, com efeitos retroactivos.

A reconciliação entre o capital próprio de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009, bem como a reconciliação do resultado líquido findo em 31 de Dezembro de 2009, são como segue:

Reconciliação, reportada a 01-01-2009, entre (i) o capital próprio relatado segundo o POC e (ii) o capital próprio segundo o SNC		Capital próprio				Total do capital próprio
		Capital social	Reservas	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	
Posição em 01-01-2009 de acordo com o POC		33.667.999,06	12.073.937,70	(34.052.469,62)	(437.989,00)	11.251.478,14
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...					0,00
	...					0,00
Alterações às políticas contabilísticas	Transf. entre contas					0,00
	SNC - Adopção pela 1ª vez		(12.073.937,70)	1.296.270,09	6.104,00	(10.771.563,61)
	Subsídio ao Investimento				16.399.624,63	16.399.624,63
					12.067.833,70	12.067.833,70
	Passivo por impostos diferidos					0,00
	Contratos SWAP					0,00
	Activos por impostos diferidos					0,00
Posição em 01-01-2009 de acordo com o SNC		33.667.999,06	0,00	(32.756.199,53)	28.035.573,33	28.947.372,86

Reconciliação, reportada a 31-12-2009, entre (i) o capital próprio relatado segundo o POC e (ii) o capital próprio segundo o SNC, incluindo reconciliação entre (iii) o resultado relatado segundo o POC, e (iv) o resultado segundo o SNC relativo ao mesmo período		Capital próprio					Total do capital próprio
		Resultado líquido de 2009	Capital social	Reservas	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	
Posição em 31-12-2009 de acordo com o POC		379.218,15	21.301.481,66	437.990,19		(4.749.220,67)	17.369.469,33
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...						0,00
	...						0,00
Alterações às políticas contabilísticas	Transf. entre contas						0,00
	SNC - Adopção pela 1ª vez	346.528,28			1.322.165,48		1.668.693,76
	Subsídio ao Investimento					16.004.452,63	16.004.452,63
						437.990,19	0,00
	Passivo por impostos diferidos	104.720,64			(104.720,64)	(4.241.179,89)	(4.241.179,89)
	Contratos SWAP						0,00
	Activos por impostos diferidos					938.745,88	938.745,88
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade	...						0,00
	...						0,00
Posição em 31-12-2009 de acordo com o SNC		830.467,07	21.301.481,66	0,00	1.217.444,84	8.390.788,14	31.740.181,71

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, é como segue:

RENDIMENTOS E GASTOS		31-12-2009		
		POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	+	13.665.115,17	652.662,81	14.317.777,98
Fornecimentos e serviços externos	-	(4.305.082,89)	13.221,62	(4.291.861,27)
Gastos com pessoal	-	(1.340.090,41)	(2.898,42)	(1.342.988,83)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	72.339,73	0,00	72.339,73
Outros rendimentos e ganhos	+	1.055.602,65	(137.520,90)	918.081,75
Outros gastos e perdas	-	(737.659,39)	133.442,65	(604.216,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	8.410.224,86	658.907,76	9.069.132,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(3.901.218,16)	(267.051,60)	(4.168.269,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	4.509.006,70	391.856,16	4.900.862,86
Juros e rendimentos similares obtidos	+	30.366,50	0,00	30.366,50
Juros e gastos similares suportados	-	(4.126.580,88)	(19.432,47)	(4.146.013,35)
Resultado antes de impostos	=	412.792,32	372.423,69	785.216,01
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(33.574,19)	78.825,25	45.251,06
Resultado líquido do período	=	379.218,13	451.248,94	830.467,07

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes.

A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.3 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;

No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;

- As prestações de serviço englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água doce; consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.4 - Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.6 - Subsídios governamentais

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos com os quais se relacionam.

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

A MARL, S.A. apresenta lucro tributável, no entanto não tem imposto corrente a pagar, uma vez que tem prejuízos fiscais de exercícios anteriores superiores ao lucro tributável do corrente exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8- Activos fixos tangíveis

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico - SNC - veio suscitar diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A. designadamente, quanto ao seu registo em Activos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer ou não os mesmos como propriedades de investimento, e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o factor determinante para a classificação dos activos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis. Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

Face ao exposto, a empresa optou por manter o registo contabilístico dos referidos activos em activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras activos fixos tangíveis	4 a 10

Os custos incorridos com activos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Activos Fixos Tangíveis”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9 - Intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.10 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

As dívidas de “Clientes” e as “Outras dívidas de terceiros” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a MARL, SA tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- i) a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- ii) se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- iii) se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço.

Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

Instrumentos financeiros derivados

A MARL, S.A. tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposta, decorrentes de variações nas taxas de juro. Nesse sentido, detém instrumentos financeiros (SWAPS) para fixação da taxa de juro que qualifica como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de Capitais Próprios, de acordo com a NCRF 27. A empresa não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

3.12 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Para além das alterações mencionadas na Nota 2, a entrada em vigor do novo normativo contabilístico conduziu a uma alteração da política contabilística no que respeita ao reconhecimento no balanço dos edifícios construídos pelos operadores do Mercado, com cláusula contratual de reversão dos mesmos para o MARL, concluindo-se que esta situação preenche os critérios de reconhecimento de um activo, segundo as normas do SNC (Nota 5), e de estimativas relevantes no que respeita à estimativa para impostos

diferidos (Nota 15), relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Não foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Activos fixos tangíveis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada.

(ii) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

(iii) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31-12-2010	31-12-2009
		Totais	Totais
Caixa	Numerário	27.664,63	11.345,54
	Subtotais	27.664,63	11.345,54
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	951.202,33	984.916,80
	Subtotais	951.202,33	984.916,80
Totais		978.866,96	996.262,34

NOTA 5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ocorreu uma situação de impacto relevante:

A alteração da política contabilística no que respeita ao reconhecimento no balanço dos edifícios construídos pelos operadores no Mercado, com cláusula contratual de reversão dos mesmos para o MARL, concluindo-se que esta situação preenche os critérios de reconhecimento de um activo, segundo as normas do SNC.

De facto, antes da entrada do novo normativo contabilístico, a noção de activo estava relacionado com o conceito de património, o que implicava que para ser considerado como tal, tinha de ser propriedade da empresa. Hoje em dia, segundo o SNC, um activo é um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que para a mesma fluam benefícios económicos futuros.

Tendo estes dois enquadramentos presentes, até 31 de Dezembro de 2009, a contabilização das situações em que a construção dos pavilhões recaía sobre o operador, com cláusula contratual de reversão para o MARL, era efectuada reconhecendo aquele apenas no final do contrato. A partir de 1 de Janeiro de 2010, parece-nos que é de considerar o imóvel desde o primeiro momento, uma vez que as regras de reconhecimento, designadamente: (i) a satisfação da definição, e (ii) a capacidade de estimar com fiabilidade o custo do item.

Relativamente ao primeiro critério, poder-se-á dizer que ele é satisfeito pois é um bem controlado pelo MARL como consequência de acontecimentos passados, que gera directa ou indirectamente benefícios económicos futuros, porquanto:

- contratualmente, o operador está condicionado a autorização escrita do MARL quanto à alteração da actividade exercida no espaço;
- alterações de âmbito estrutural dos edifícios têm que ser autorizados pelo MARL;
- o incumprimento definitivo definido contratualmente, confere ao MARL o direito de resolução que lhe assiste, vedar o acesso ao Mercado do Operador e dispor de imediato do espaço;
- no termo do contrato, reverte para o MARL o espaço bem como todas as benfeitorias efectuadas no mesmo.

Acresce ainda, que o MARL cobra uma taxa de utilização ao operador, a qual engloba um pagamento pela utilização do espaço por parte daquele. Tal facto, significa indubitavelmente que é a MARL, SA e não o operador que assume os riscos e benefícios da posse do activo.

Relativamente ao segundo critério, é possível determinar com fiabilidade o custo do activo.

Desta forma, esta situação deverá configurar um activo para o MARL e um direito à utilização do espaço para o Operador. Nesta perspectiva, não havendo contrapartida monetária para o registo do activo, e por analogia ao tratamento contabilístico das taxas de acesso liquidadas pelo operador (integradas em proveitos do exercício durante o período contratual), procedeu-se à contabilização deste activo por contrapartida de uma conta de diferimentos, sendo integrada em proveitos pelo período do contrato, por força da característica qualitativa da fiabilidade.

Para se obter esta característica fundamental (só com ela se consegue dar uma imagem verdadeira e apropriada da entidade) é necessário atender à substância económica das operações independentemente da sua forma legal.

Assim, duas situações em que a substância económica é idêntica, têm que ser tratadas de forma idêntica. Tal obrigação origina que se tenha que tratar de forma idêntica uma situação em que o operador paga a taxa de acesso e o MARL constrói o imóvel e outra em que o operador não paga a taxa de acesso (ou pagando-a, a mesma é de valor inferior) e é este que constrói o imóvel.

Numa perspectiva conservadora, valorizámos este registo pelo valor patrimonial atribuído ao imóvel pelas finanças, pelo qual o MARL liquida Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

O impacto em resultados, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, foram as seguintes:

Rubricas	Activos fixos tangíveis
	Edifícios e outras construções
Activos	
Saldo inicial	0,00
Ajustamentos de conversão	13.417.200,00
Saldo final	13.417.200,00
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade	
Saldo inicial	0,00
Ajustamentos de conversão	1.306.384,17
Amortizações do exercício	268.344,00
Saldo final	1.574.728,17
Activos Líquidos	11.842.471,83

Rubricas	Diferimentos
	Rendimentos a reconhecer
Diferimentos	
Saldo inicial	0,00
Ajustamentos de conversão	13.417.200,00
Saldo final	13.417.200,00
Ganhos	
Saldo inicial	0,00
Ajustamentos de conversão	2.626.745,61
Ganhos do exercício	617.065,20
Saldo final	3.243.810,81
Diferimentos Líquidos	10.173.389,19

Rubricas	Activos fixos tangíveis
	Edifícios e outras construções
Activos	
Saldo inicial	13.417.200,00
Ajustamentos de conversão	
Saldo Inicial em SNC (01-01-2009)	13.417.200,00
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade	
Saldo inicial	1.574.728,17
Amortizações do exercício	268.344,00
Saldo final	1.843.072,17
Activos Líquidos	11.574.127,83

Rubricas	Diferimentos
	Rendimentos a reconhecer
Diferimentos	
Saldo inicial	13.417.200,00
Ajustamentos de conversão	
Saldo Final	13.417.200,00
Ganhos	
Saldo inicial	3.243.810,81
Ganhos do exercício	617.065,20
Saldo final	3.860.876,01
Diferimentos Líquidos	9.556.323,99

Impacto em resultados	Montante
Exercícios anteriores a 2009	1.320.361,44
Exercício de 2009	348.721,20
Exercício de 2010	348.721,20

Em 31 de Dezembro de 2010, e face à obtenção de um resultado líquido positivo recorrente em 2010, a empresa reviu as suas estimativas quanto à previsibilidade de obtenção de lucros tributáveis futuros que permitam a dedução de prejuízos fiscais obtidos em anos anteriores.

Como se pode confirmar pelo Business Plan da empresa, a sustentabilidade económica do projecto estará assegurada pela própria exploração, nos próximos anos. Em 2010, a empresa obteve, pela segunda vez na sua história, resultados líquidos positivos, que se esperam recorrentes nos próximos anos.

Assim, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, a MARL, S.A. apresenta prejuízos fiscais no montante de 7.886.308,86. Deste montante, reconheceu apenas o relativo a 1.621.235,44 euros. Foi então relatado um activo por impostos diferidos no montante de 405.127,94 euros, sendo que o mesmo

só foi registado na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributáveis dedutíveis.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2010 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 6.265.797,11 euros, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

O não reconhecimento tem sobretudo a ver com facto dos prejuízos fiscais só poderem, de acordo com a legislação em vigor, ser recuperados num período de 6 anos.

Esta situação será reavaliada no final de cada exercício.

NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, SA são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2010, foi concretizado um aumento de capital de 8.698.518,10 Euros. O aumento de capital, subscrito por entradas em dinheiro, encontra-se parcialmente realizado, como se indica:

Accionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, SA	17.662.833,54				8.698.518,10	26.361.351,64
Câm. Mun. Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Stª C. Miser. Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câm. Mun. Loures	222.568,97					222.568,97
Total	21.301.481,66	0,00	0,00	0,00	8.698.518,10	29.999.999,76

Accionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	20.272.388,97	6.088.962,67
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
Total	29.999.999,76	23.911.037,09	6.088.962,67

O aumento de capital social subscrito, nos termos da deliberação da Assembleia Geral, de 24 de Março de 2010, no montante de 8.698.518,10 Euros, apenas foi realizado no montante de 2.609.555,43 Euros.

O capital social actual é representado por 6.012.024 acções nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil acções.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Composição do Capital Social

Accionista	N.º Acções	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
Total	6.012.024		29.999.999,76	100,00%

6.1 - Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, foram as seguintes:

Descrição	31-12-2010		31-12-2009	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Vencimentos	100.982,48		86.283,06	
Subsidio de Férias	8.692,50		6.800,00	
Subsidio de Natal	8.692,50		6.800,00	
Senhas de Presença		150,00		206,00
Total	118.367,48	150,00	99.883,06	206,00

Os órgãos sociais da empresa não auferem directamente qualquer remuneração, uma vez que de acordo com o Estatuto de Gestor Público apenas podem ser remunerados pela empresa-mãe, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela empresa mãe à MARL e tendo ascendido, em 2010 e 2009, a 112.947,50 Euros e 89.766,56 Euros, respectivamente.

6.2 - Transacções com a empresa mãe:

No decurso dos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 os saldos e as transacções efectuadas com a empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31-12-2010						
	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros pagos	Contas a pagar correntes	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	2.245,94	256.069,39	0,00	38.280,72	0,00	80.447,04	0,00
Total	2.245,94	256.069,39	0,00	38.280,72	0,00	80.447,04	0,00

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31-12-2009						
	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros pagos	Contas correntes a pagar	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	193.406,23	121.087,35	38.439,44	5.594,08	92.313,66	131,80
Total	0,00	193.406,23	121.087,35	38.439,44	5.594,08	92.313,66	131,80

(*) Valores com IVA incluído

6.3 - Transacções entre partes relacionadas:

Descrição	31-12-2010						
	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros pagos	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	68.599,93	28.500,25	-	118.400,97	-	-	-
Associação 5 ao Dia	-	0,00	-	0,00	-	3.600,00	4.698,00
MARF - Merc.Abast.Reg.FARO, S.A.	-	-	-	-	-	-	0,00
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	-	545,46	-	660,01
Total	68.599,93	28.500,25	0,00	118.400,97	545,46	3.600,00	5.358,01

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31-12-2009						
	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros pagos	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	768.931,99	84.204,38	-	509.772,84	-	-	-
Associação 5 ao Dia	-	0,00	-	0,00	-	7.921,98	7.158,00
MARF - Merc.Abast.Reg.FARO, S.A.	-	-	-	-	-	500,00	600,00
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Total	768.931,99	84.204,38	0,00	509.772,84	0,00	8.421,98	7.758,00

(*) Valores com IVA incluído

NOTA 7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31-12-2010					
Rubricas	Projectos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Activos					
Saldo inicial	350.690,00	273.613,51	26.211,28	0,00	650.514,79
Ajustamentos de conversão					0,00
Aquisições		1.000,00			1.000,00
Alienações e abates					0,00
Saldo Final	350.690,00	274.613,51	26.211,28	0,00	651.514,79
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade					
Saldo inicial	350.690,00	273.613,51	17.261,32	0,00	641.564,83
Ajustamentos de conversão					0,00
Amortizações do exercício		27,78	2.796,89		2.824,67
Alienações e abates					0,00
Saldo Final	350.690,00	273.641,29	20.058,21	0,00	644.389,50
Activos Líquidos	0,00	972,22	6.153,07	0,00	7.125,29

31-12-2009						
Rubricas	Despesas de Instalação	Projectos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Activos						
Saldo em 1 Janeiro 2009	323.504,27	350.690,00	0,00	26.211,28	0,00	700.405,55
Ajustamentos de conversão	(323.504,27)		273.613,51			(49.890,76)
Saldo em 1 Janeiro 2009 (ajustado)	0,00	350.690,00	273.613,51	26.211,28	0,00	650.514,79
Aquisições						0,00
Transferências e abates						0,00
Saldo Final	0,00	350.690,00	273.613,51	26.211,28	0,00	650.514,79
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade						
Saldo em 1 Janeiro 2009	299.412,92	350.690,00	0,00	11.111,44	0,00	661.214,36
Ajustamentos de conversão	(299.412,92)		229.508,19			(69.904,73)
Saldo em 1 Janeiro 2009 (ajustado)	0,00	350.690,00	229.508,19	11.111,44	0,00	591.309,63
Amortizações do exercício			44.105,32	6.149,88		50.255,20
Transferências e abates						0,00
Saldo Final	0,00	350.690,00	273.613,51	17.261,32	0,00	641.564,83
Activos Líquidos	0,00	0,00	0,00	8.949,96	0,00	8.949,96

A empresa procedeu à reclassificação da rubrica “Despesas de Instalação”, os quais numa perspectiva POC eram classificados como “Activos Intangíveis”, para a rubrica de “Resultados transitados”, uma vez que na óptica do SNC são considerados como um custo do exercício. Desta reclassificação resultou um saldo de 24.091,35 euros que afectou os resultados transitados.

A empresa procedeu também à reclassificação dos bens considerados como software, os quais numa perspectiva POC eram classificados como equipamento administrativo, para a rubrica de “Activos Intangíveis”. O valor bruto em causa ascendeu a 273.613,51 Euros e as amortizações acumuladas a 229.508,19 Euros.

Relativamente ao exercício de 2010, as amortizações do período, no montante de 2.824,67 Euros (44.255,20 Euros em 2009), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

Depreciações de activos intangíveis	Projectos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Totais
Acumuladas em 01-01-2009	350.690,00	229.508,19	11.111,44	0,00	591.309,63
Reforços		44.105,32	6.149,88		50.255,20
Acumuladas em 31-12-2009	350.690,00	273.613,51	17.261,32	0,00	641.564,83
Reforços		27,78	2.796,89		2.824,67
Acumuladas em 31-12-2010	350.690,00	273.641,29	20.058,21	0,00	644.389,50

Dispêndios de pesquisa e desenvolvimento

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não foram registados gastos com pesquisa e desenvolvimento.

NOTA 8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas	31-12-2010							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Activos								
Saldo inicial	24.244.770,32	173.256.207,54	122.586,76	204.162,13	1.722.495,26	598.270,00	1.299.385,61	201.447.877,62
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		108.935,38	134.488,07		23.947,91	45.206,60	578.689,00	891.266,96
Transferências		25.118,40				27.980,00	(53.098,00)	0,40
Alienações e abates		(2.027,92)			(50.946,39)	(1350,50)	(158,00)	(54.482,81)
Saldo Final	24.244.770,32	173.388.233,40	257.074,83	204.162,13	1.695.496,78	670.106,10	1.824.818,61	202.284.662,17
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	0,00	43.533.645,02	122.306,77	186.872,25	1.698.783,95	495.495,42	0,00	46.037.103,41
Ajustamentos de conversão								0,00
Amortizações do exercício		3.920.644,56	5.196,36	7.212,76	15.804,88	42.228,68		3.991.087,24
Alienações e abates		(337,92)			(50.946,39)	(1350,50)		(52.634,81)
Saldo Final	0,00	47.453.951,66	127.503,13	194.085,01	1.663.642,44	536.373,60	0,00	49.975.555,84
Activos Liquidos	24.244.770,32	125.934.281,74	129.571,70	10.077,12	31.854,34	133.732,50	1.824.818,61	152.309.106,33

31-12-2009									
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equip. de transporte	Ferramentas e utensílios	Equip. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos									
Saldo em 1 Janeiro 2009 (POC)	24.244.770,32	159.727.834,73	124.414,86	453.925,70	156.122,37	2.060.689,05	432.921,20	520.232,78	187.720.911,01
Ajustamentos de conversão		13.417.200,00			(156.122,37)	(273.613,51)	156.122,37		13.143.586,49
Saldo em 1 Janeiro 2009 (ajustado)	24.244.770,32	173.145.034,73	124.414,86	453.925,70	0,00	1.787.075,54	589.043,57	520.232,78	200.864.497,50
Aquisições		143.720,04		4.450,00		1.920,00	9.725,23	779.152,83	938.968,10
Transferências e abates		(32.547,23)	(1.828,10)	(254.213,57)		(66.500,28)	(498,80)		(355.587,98)
Saldo Final	24.244.770,32	173.256.207,54	122.586,76	204.162,13	0,00	1.722.495,26	598.270,00	1.299.385,61	201.447.877,62
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 1 Janeiro 2009 (POC)		38.216.374,25	119.124,27	340.758,70	126.443,00	1.958.969,87	330.706,41		4.109.237,50
Ajustamentos de conversão		1306.384,17			(126.443,00)	(229.508,19)	126.443,00		1.076.875,98
Saldo em 1 Janeiro 2009 (ajustado)	0,00	39.522.758,42	119.124,27	340.758,70	0,00	1.729.461,68	457.149,41	0,00	42.169.252,48
Amortizações do exercício		4.033.190,08	5.010,60	7.895,10		33.105,92	38.844,81		4.118.046,51
Transferências e abates		(22.303,48)	(1.828,10)	(161.781,55)		(63.783,65)	(498,80)		(250.195,58)
Saldo Final	0,00	43.533.645,02	122.306,77	186.872,25	0,00	1.698.783,95	495.495,42	0,00	46.037.103,41
Activos Liquidos	24.244.770,32	129.722.562,52	279,99	17.289,88	0,00	23.711,31	102.774,58	1.299.385,61	155.410.774,21

Conforme referido na Nota 5, a empresa procedeu à reclassificação da rubrica “software”, que a empresa, ao abrigo do POC, classificava como equipamento administrativo, para uma rubrica de Activos Intangíveis. O montante bruto e amortizações acumuladas reclassificadas ascenderam a, aproximadamente, 273.613,51 Euros e 229.508,19 Euros, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- O valor dos aumentos 134.053 Euros relevado na rubrica de “Edifícios e outras construções” refere-se em grande parte às obras efectuadas no espaço CRE-2 (22.117 Euros), à instalação de painéis isotérmicos no pavilhão NAC (12.600 Euros), às Licenças de Utilização dos Pavilhões A01, A03, A04, A05, A07, A08, A11 e R02 (57.856 Euros), à instalação de condutas de água fria nos pavilhões A01 e A04 (21.374 Euros), às obras efectuadas para a instalação do novo equipamento de controlo de estacionamento do Pórtico (16.608 Euros);
- Os aumentos registados na rubrica “Equipamento Básico” no valor de 134.488 Euros, dizem respeito à aquisição das novas máquinas para a instalação do novo equipamento de controlo de saídas do Pórtico (111.988 Euros) e a instalação de novas portas rápidas nos pavilhões A01, A04, A05 e A06;
- Os aumentos verificados na rubrica de “Equipamento Administrativo” no valor de 23.948 Euros, referem-se essencialmente à aquisição de equipamento informático.
- O montante registado como aumentos da rubrica de “Outros Activos Fixos Tangíveis” no montante de 73.187 Euros, diz respeito essencialmente à aquisição de diverso material para combate a incêndios (29.560 Euros), às obras de revestimento vegetal no muro M1 (27.980 Euros) e à aquisição de novos contentores para os diversos tipos de resíduos (10.000 Euros)
- O valor registado como incremento dos “Activos Fixos Tangíveis em Curso” no montante de 559.372 Euros, refere-se essencialmente à obra de repavimentação do pavilhão do pescado

(53.854 Euros), à construção do novo cais, no topo sul do pavilhão R07 (42.344 Euros) e à obra com o sistema de drenagem no Edifício dos CTT (446.832 Euros).

- O valor de 53.098,00 Euros registado em “Alienações e Abates” na rubrica “Activos Fixos Tangíveis em Curso” refere-se à transferência para “Activos Fixos Tangíveis” devido à conclusão de algumas obras.

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01-01-2009	39.522.758,42	119.124,27	340.758,70	1.729.461,68	457.149,41	42.169.252,48
Reforços	4.033.190,08	5.010,60	7.895,10	33.105,92	38.844,81	4.118.046,51
Alienações	(22.303,48)	(1.828,10)	(161.781,55)	(63.783,65)	(498,80)	(250.195,58)
Acumuladas em 31-12-2009	43.533.645,02	122.306,77	186.872,25	1.698.783,95	495.495,42	46.037.103,41
Reforços	3.920.644,56	5.196,36	7.212,76	15.804,88	42.228,68	3.991.087,24
Alienações	(337,92)			(50.946,39)	(1.350,50)	(52.634,81)
Acumuladas em 31-12-2010	47.453.951,66	127.503,13	194.085,01	1.663.642,44	536.373,60	49.975.555,84

- O valor das alienações registadas na rubrica “Edifícios e outras construções” refere-se à venda de material diverso que se encontrava obsoleto.
- O valor das alienações registadas nas rubricas “Equipamento Administrativo” e “Outros Activos Fixos Tangíveis” referem-se à venda de diverso mobiliário e material diverso. Todas estas operações geraram mais-valias no valor de 7.246,84 Euros.

NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, a MARL, S.A. não apresentava activos não correntes (e grupos para alienação) classificados como detidos para venda.

NOTA 10 - LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

10.1 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Contratos de Locação Financeira Descrição dos Bens	31-12-2010				31-12-2009
	Entidade	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Equipamento Informático e outro:					
Equipamento de Comunicação	Contrato PT Prime	1.930.722,77	1.361.642,16	569.080,61	629.029,49
Equipamento de Transporte:					
Plataforma Elevatória	Millennium BCP	28.900,00	22.067,65	6.832,35	11.647,11
Total		1.959.622,77	1.383.709,81	575.912,96	640.676,60

10.2 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como custo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascenderam a 52.292,12 Euros e 48.786,11 Euros respectivamente.

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				2010	2009
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "94-BO-90"	VSC -Aluguer de Veículos, Lda	42504	12-Mai-06	11-Mai-10	1.092,03	4.242,84
Viatura "87-BO-24"	VSC -Aluguer de Veículos, Lda	9836004	12-Mai-06	31-Dez-10	1.972,13	3.682,32
Viatura "70-CR-73"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	15-Jan-07	10-Abr-11	3.483,36	3.471,84
Viatura "70-CR-72"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	15-Jan-07	10-Jun-11	3.483,36	3.471,84
Viatura "70-CR-74"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	15-Jan-07	10-Jun-11	3.483,36	3.471,84
Viatura "70-CR-75"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	15-Jan-07	10-Jun-11	3.483,36	3.471,84
Viatura "70-CR-80"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	15-Jan-07	10-Jun-11	3.483,36	3.471,84
Viatura "03-CR-57"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	1-Jan-10	10-Jun-11	7.152,41	0,00
Viatura "85-CS-28"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	19-Jan-07	19-Jun-11	7.157,42	7.127,76
Viatura "17-GS-79"	VSC -Aluguer de Veículos, Lda	53648	7-Nov-08	6-Nov-12	4.705,42	4.394,52
Viatura "50-HB-49"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	12-Jan-09	11-Jan-13	8.359,99	8.082,46
Subtotal					47.856,20	44.889,10
Viatura "03-CR-56"	(a)				3.462,47	3.897,01
Viatura "79-FJ-88"	(a)				973,45	0,00
Subtotal					4.435,92	3.897,01
Total					52.292,12	48.786,11

- (a) Os contratos de locação operacional das viaturas "03-CR-56" e "79-FJ-88" pertencem à empresa-mãe (SIMAB, S.A.), no entanto como a sua utilização é partilhada quer pela empresa-mãe quer pela MARL, S.A., o seu custo também é partilhado.

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31-12-2010	31-12-2009
Vencíveis até 1 ano	29.853,66	47.856,20
Vencíveis entre 1 e 5 anos	13.338,13	0,00
Vencíveis a mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	43.191,79	47.856,20

NOTA 11 - IMPARIDADE DE ACTIVOS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a MARL, SA reconheceu uma perda por imparidade no montante de 54.105,61 Euros e de 19.723,75 Euros, respectivamente, relativo ao reforço da imparidade de dívidas de clientes, o qual foi registado na rubrica de Outros Custos. (Nota 16)

			31-12-2010				
Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Activos intangíveis	Clientes	Outros devedores	Totais
2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos			54.105,61		54.105,61
		Reversões			(36.067,21)		(36.067,21)
		Totais	0,00	0,00	18.038,40	0,00	18.038,40
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos					0,00
		Reversões					0,00
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

			31-12-2009				
Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Activos intangíveis	Clientes	Outros devedores	Totais
2009	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos			19.723,75		19.723,75
		Reversões			(92.063,48)		(92.063,48)
		Totais	0,00	0,00	(72.339,73)	0,00	(72.339,73)
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos					0,00
		Reversões					0,00
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 12 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica “Vendas e Prestações de serviços” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	9.299.145,01	9.180.923,39
Outras receitas	2.156.962,24	2.499.807,51
Proveitos diferidos	2.456.536,27	2.637.047,08
Total	13.912.643,52	14.317.777,98

As prestações de serviço incluem para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço. (Nota 3.2)

De salientar que na subrubrica “Proveitos diferidos” existe um impacto de 460.940,80 Euros nos Resultados Operacionais, relativo à integração em proveitos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2009, este montante ascendeu a 593.041,20 Euros

NOTA 13 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

13.1 - PROVISÕES

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, consubstanciada na opinião dos advogados da empresa, a Administração da MARL, S.A. considera que o montante reflectido na rubrica “Provisões”, que em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 33.343,74 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

O Conselho de Administração entende que o referido valor 33.343,74 Euros é suficiente para fazer face aos eventuais encargos decorrentes das acções em curso, sendo este entendimento baseado no facto das decisões judiciais já tomadas terem sido, na sua quase totalidade, favoráveis à empresa.

A evolução das provisões é detalhada conforme segue:

Provisões para Riscos e Encargos	31-12-2010				
	Saldo em 01-01-2010	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo Final em 31-12-2010
Processos Judiciais em curso	33.343,74				33.343,74
Total	33.343,74	0,00	0,00	0,00	33.343,74

Provisões para Riscos e Encargos	31-12-2009						
	Saldo em 01-01-2009 (POC)	Ajustamentos de conversão	Saldo em 01-01-2009 (ajustado)	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo Final em 31-12-2009 (SNC)
Processos Judiciais em curso	65.343,74	0,00	65.343,74		(32.000,00)		33.343,74
Total	65.343,74	0,00	65.343,74	0,00	(32.000,00)	0,00	33.343,74

Conforme elementos abaixo discriminados, o montante das acções interpostas contra a MARL, S.A., por parte de alguns operadores e outras entidades, ascende a cerca de 9.085.162,88 Euros.

Identificação	Objecto	Réu	Valores Iniciais	Reconvenção	autor	Valores Iniciais	Reconvenção
Helena Maria Cruz Dias	Acção declarativa	X	264.572,00				
Dinis Gouveia Santos e Outros	Acção Popular Civil	X	209.495,11				
Dinis Gouveia Santos e Outros	Acção declarativa	X	430.961,38				
Armando Gonçalves & Filhos, Lda	Acção declarativa	X	384.795,00		X		94.010,00
Categoria	Acção declarativa	X	7.811.951,00		X		14.964,00
Frigoservice	Acção declarativa	X	29.767,90				
Gingeira Frutas, Lda	Acção declarativa				X	75.111,00	
Cravo e Figueiredo, Lda	Acção declarativa				X	6.526,00	
Azeol	Acção declarativa	X		107.541,00	X	6.317,00	
Frigoservice	Acção declarativa				X	6.487,52	
Rui Costa Sousa & Irmão, S.A.	Acção declarativa			214.508,60	X	12.879,25	
Mendes & Santos Alves Lda.	Acção declarativa				X	7.531,19	
Maria dos Anjos Vidal	Acção declarativa				X	2.243,46	
Emisa S.A.	Processo Executivo				X	69.766,93	
Sérgio Manuel Pereira Vitorino	Processo executivo				X	36.985,00	
Euro - Alpinia Lda.	Processo Executivo	X	2.710,00		X	12.780,42	
Ricardo Jorge Marques Constantino	Processo Executivo				X	3.056,16	
Comporta, Lda	Processo executivo				X	10.872,45	
Comporta, Lda	Processo de injunção				X	5.329,03	
Largopesca, S.A.	Acção declarativa					6.279,70	
(1) Sub-Total (processos como réu)			9.134.252,39				
(2) Sub-Total (processos como autor)						262.165,11	
(3) Sub-Total (reconvenções como réu)				322.049,60			
(4) Sub-Total (reconvenções como autor)							108.974,00
TOTAL (1)-(2)+(3)-(4)				9.085.162,88			

Relativamente à acção declarativa da Categoria, que assume maior expressão em termos de valor, a MARL, S.A. considera totalmente desajustado e desproporcionado o pedido efectuado, porquanto o que estará, eventualmente, em discussão é a devolução de sinal pago pela Categoria, Lda, no montante de 11.671,78 Euros, o que a considerar-se o incumprimento da MARL, S.A. poderia dar origem à sua devolução acrescida dos juros à taxa legal. Nem sequer poderia considerar a devolução do sinal em dobro porquanto não se discute questões de direito de propriedade para habitação.

13.2 - PASSIVOS CONTINGENTES

Garantias emitidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	CGD, S.A.	13-10-2000	7.980,77
EDP, S.A.	CGD, S.A.	23-07-2003	142.084,33
EDP, S.A.	BTA, S.A.	26-12-2000	1.049,72
Total			151.114,82

Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento, entre o **Banco Europeu de Investimento (BEI)** e a sociedade, celebrado no dia 8 de Outubro de 2001, foram prestadas garantias de serviço de dívida ao BEI, pelo consórcio bancário, constituído pelo BCP,S.A., BPI,S.A. e BES,S.A..

Esta garantia incide sobre o serviço da dívida (capital e juros) para o período de 5 anos, sendo regressiva em função das amortizações de capital e juro.

Em Outubro de 2006, esta garantia foi renovada por um período adicional de 5 anos, com o mesmo consórcio de bancos, sendo que, à presente data, compreende os seguintes montantes:

Contrato de Garantia Bancária - BEI

Entidade	%	Montante (2010)
BCP,S.A.	74,00%	4.318.177,91
BPI,S.A.	17,00%	525.183,80
BES,S.A.	9,00%	992.013,84
Total	100,00%	5.835.375,55

13.3 - ACTIVOS CONTINGENTES

Garantias detidas sobre terceiros

Entidade(s) Prestadora(s)	Objecto	Valor
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	9.976,00
CEMG	Cauções contratuais	24.353,81
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	1.845,55
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	11.191,30
Figueira, Lda	Cauções contratuais	36.134,00
Recheio, S.A.	Cauções contratuais	72.306,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	14.963,94
SÓ Peso, S.A.	Cauções contratuais	5.405,36
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	15.400,00
Espada Pescas Unipessoal	Cauções contratuais	3.566,64
Lena Ambiente, S.A.	Cauções Contratuais - CRE	20.000,00
Disgelo, Lda	Caução p/ exploração Unidade Produção de Gelo e C. Frigoríficas	19.000,00
Planirest, Lda	Caução p/ Instalação Arquivo Documental - NAC	45.982,59
Espaço 2R	Caução de Trabalhos de Elect/C.Civil NAC	4.211,36
PT Comunicações	Concep. Const. Expl. e Manut. Redes de Telec. e dos Sist. Inform.	149.639,37
MARL Energia, Lda	Concurso para instalação da Central Fotovoltaica	2.500.000,00
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	500.000,00
Hidurbe, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza	100.000,00
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	100.000,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	24.216,00
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de manutenção	57.769,03
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	59.324,52
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Portico	143.134,05
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	57.734,00
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	15.200,00
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	75.222,19
Planirest, Lda	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	15.926,58
Precore, Lda	Execução de obras na cobertura do edifício dos CTT Expresso	824,65
Strong, S.A.	Fornecimento de CCTV	30.720,82
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	50.000,00
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	8.663,81
Proman, Lda	Serviços fiscalização cobertura do edifício dos CTT Expresso	1.125,00
Total		4.173.836,57

NOTA 14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a informação relativa ao subsídio obtido do governo é como segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31-12-2010				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	PROMAB	0,00	395.172,00	15.609.280,63	0,00	0,00
Total			0,00	395.172,00	15.609.280,63	0,00	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31-12-2009				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	PROMAB	0,00	395.172,00	16.004.452,63	0,00	0,00
Total			0,00	395.172,00	16.004.452,63	0,00	0,00

Os valores são reconhecidos como crédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

NOTA 15 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza uma taxa de impostos diferidos de 26,5%, nos casos em que incide derrama de 1,5%, excepto no que respeita a activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis, situação em que é utilizada uma taxa de 25%.

O detalhe dos activos e passivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, foi como segue:

Descrição	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Prejuizos fiscais	405.127,94	0,00		
Justo valor de instrumentos financeiros de	755.388,00	1.258.543,48		
Subsídios para activos não depreciables - PROMAB			0,00	319.797,60
Subsídios para activos depreciables - PROMAB			4.136.459,25	4.241.179,89
Total	1.160.515,94	1.258.543,48	4.136.459,25	4.560.977,49

Os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

Descrição	31-12-2010	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	1258.543,48	4.560.977,49
Movimentos do exercício		
Prejuizos fiscais	405.127,94	
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa	(503.155,48)	
Subsídios para activos não depreciables - PROMAB		(319.797,60)
Subsídios para activos depreciables - PROMAB		(104.720,64)
Saldo final	1.160.515,94	4.136.459,25

Descrição	31-12-2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	0,00	0,00
Ajustamentos de conversão		4.345.900,53
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	0,00	4.345.900,53
Movimentos do exercício		
Prejuizos fiscais	0,00	
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa	1258.543,48	
Subsídios para activos não depreciables - PROMAB		319.797,60
Subsídios para activos depreciables - PROMAB		(104.720,64)
Saldo final	1258.543,48	4.560.977,49

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Base	31-12-2010	31-12-2009
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	1.328.694,51	830.467,07
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	(262.135,51)	(45.251,06)
		Resultado antes de impostos		3=1+2	1.066.559,00	785.216,01
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	4.274.742,73	4.082.757,23
		A deduzir	...	5	1.583.037,57	1476.164,66
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	0,00	0,00
		A deduzir	...	7	0,00	0,00
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7	3.758.264,16	3.391.808,58
Dedução de perdas fiscais				9	(3.758.264,16)	(3.391.808,58)
Matéria colectável / colecta				10=8-9	0,00	0,00
Benefícios fiscais por dedução à colecta			...	11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma	12	7.981,23	8.592,45
			Derrama	12	56.373,96	50.877,13
Impostos	Imposto corrente			13=10-11+12	64.355,19	59.469,58
	Imposto diferido (variação dos activos e dos passivos diferidos)			14	326.490,70	104.720,64
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			15	0,00	0,00
Gastos/(rendimentos) de impostos					(262.135,51)	(45.251,06)

A linha de imposto teve um impacto positivo de 262.135,51 Euros nos resultados do exercício, que compara com 45.251,06 Euros no período homólogo, explicado por: (i) 503.155,94 Euros, reflectindo a anulação de impostos diferidos activos, relacionado com a valorização dos contratos de cobertura de risco de taxa de juro, no ano; (ii) 424.518,24 Euros pela redução do imposto diferido passivo relacionado com a quantia de subsídios ao investimento ainda não reconhecida em resultados; (ii) 405.127,94 Euros, pela constituição de impostos diferidos activos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, em virtude de uma alteração de estimativas relativamente à obtenção de lucros nos próximos anos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista expectativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Em 31 de Dezembro de 2010 existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de, aproximadamente, 7.886.308,86 Euros, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, e atentos à actual conjuntura macroeconómica adversa, foram registados e ascendem a 405.127,95 Euros, os quais correspondem a prejuízos fiscais no montante de 1.620.511,80 euros.

Ano a que respeita o prejuízo	Prejuízo fiscal declarado	Ano limite para dedução	Lucro Tributável estimado	Impostos Diferidos
2005	4.920.052,70	2011	540.170,58	135.042,65
2006	2.494.094,40	2012	540.170,58	135.042,65
2007	472.161,76	2013	540.170,58	135.042,65
Total	7.886.308,86		1.620.511,74	405.127,95

Não são efectuadas compensações entre impostos diferidos activos e passivos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2006 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da empresa entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

NOTA 16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa óptica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	1.957.683,92	2.051.550,07
Caixa e equivalentes	978.866,96	996.262,34
Total	2.936.550,88	3.047.812,41

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Passivos Financeiros		
Fornecedores	796.327,47	991.326,84
Outras contas a pagar a terceiros	85.555.231,32	91.254.348,42
Total	86.351.558,79	92.245.675,26

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a actividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos sectores com o objectivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras. (Nota 11)

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de Dezembro de 2010, é detalhada conforme segue:

Descrição	31-12-2010		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	1.078.342,95		1.078.342,95
Vencido			
0 - 30 dias	130.997,60	0,00	130.997,60
30 - 90 dias	96.882,41	11.806,50	85.075,91
90 - 180 dias	31.415,83	16.666,65	14.749,18
180 - 360 dias	15.473,49	6.417,07	9.056,42
> 360 dias	639.924,20	605.866,61	34.057,59
Total	1.993.036,48	640.756,83	1.352.279,65

NOTA 17 - HONORARIOS DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, são detalhados conforme se segue:

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	31-12-2010	31-12-2009
	Honorários facturados	Honorários facturados
Revisão legal das contas	21.500,00	21.500,00
Serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços		
Totais	21.500,00	21.500,00

NOTA 18 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é detalhada conforme se segue:

	Descrição	31-12-2010	31-12-2009
	Serviços especializados		
	Trabalhos especializados	390.021,90	312.919,79
	Publicidade e propaganda	13.455,50	9.744,54
	Vigilância e segurança	473.735,06	508.477,34
	Honorários	7.232,32	10.021,38
	Comissões	17.982,10	18.753,01
	Conservação e reparação	610.142,46	774.661,90
	Serviços Bancários	4.733,24	0,00
	Materiais		
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.528,88	4.235,32
	Livros e documentação técnica	565,00	1.089,05
	Material de escritório	12.544,24	6.777,46
	Artigos para oferta	1.390,00	0,00
	Energia e fluidos		
	Electricidade	683.015,12	755.102,02
	Combustíveis	24.894,97	21.145,81
	Água	307.899,72	394.787,80
	Deslocações, estadas e transportes	11.992,36	9.113,19
	Serviços diversos		
	Rendas e alugueres	57.186,18	53.947,12
	Comunicação	27.766,57	33.080,64
	Seguros	104.845,55	101.560,07
	Contencioso e notariado	3.010,75	7.431,54
	Despesas de representação	946,29	3.000,42
	Limpeza, higiene e conforto	1.184.107,92	1.257.564,98
	Outros serviços	10.066,34	8.447,89
	Total	3.953.062,47	4.291.861,27

NOTA 19 - GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	118.517,48	100.089,06
Remunerações do pessoal	842.458,05	864.021,42
Indemnizações	64.658,83	156.592,77
Encargos sobre remunerações	182.723,69	191.790,78
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.108,04	7.798,72
Outros gastos com o pessoal	29.922,31	22.696,08
Total	1.243.388,40	1.342.988,83

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o ano de 2010 foi de 36 empregados.

Entende-se como número médio, o quociente entre o total de trabalhadores ao serviço na última semana de cada mês de actividade e o número de meses de actividade.

NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	163.599,81	113.709,07
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	21.589,21	100.045,45
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	8.014,04	38.256,43
Outros	416.246,86	662.132,69
Total	609.449,92	914.143,64

A rubrica “Rendimentos suplementares” incluída em “Outros rendimentos e ganhos”, com o montante de 163.599,81 Euros, inclui a quota-parte atribuída ao exercício referente facturação emitida à Simab,SA e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 52.200,00 Euros e 3.600,00 Euros respectivamente. (Nota 5.2 e 5.3)

A rubrica “Outros Rendimentos” incluída em “Outros rendimentos e ganhos”, com o montante de 416.246,86 Euros, inclui a quota-parte atribuída ao exercício referente a subsídios ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no montante de 395.172,00 Euros (nota 14).

NOTA 21 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outros gastos e perdas		
Impostos	505.387,71	530.966,89
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.101,60	4.618,42
Dívidas incobráveis	41,73	50.589,14
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	41.701,58	38.929,27
Total	548.232,62	625.103,72

NOTA 22 - GASTOS / REVERSÕES, DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos intangíveis	2.824,67	50.255,20
Activos fixos tangíveis	3.984.525,12	4.118.014,56
Total	3.987.349,79	4.168.269,76

NOTA 23 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, são detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	952,45	27.823,72
Total	952,45	27.823,72

NOTA 24 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		2010	2009
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	476.080,22	991.265,24
	Contas caucionadas	379.094,12	514.816,07
	Accionista	0,00	80.285,64
	Subtotais	855.174,34	1.586.366,95
Liquidações negativas das operações de cobertura de risco de taxa de juro (SWAPS)	BCP	1.471.563,91	1.169.786,89
	BPI	104.961,99	80.385,76
	BES	55.525,09	42.257,12
	SANTADER	381.909,86	304.399,58
	Subtotais	2.013.960,85	1.596.829,35
Juros com Papel Comercial	BCP	366.627,41	507.884,09
	BPI	39.093,59	0,00
	Subtotais	405.721,00	507.884,09
Juros de mora		16,57	1.940,51
	Subtotais	16,57	1.940,51
Outros juros		17.051,72	8.699,21
	Subtotais	17.051,72	8.699,21
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	337.810,25	366.230,00
	Imposto do Selo	76.680,48	78.063,24
	Subtotais	414.490,73	444.293,24
Totais		3.706.415,21	4.146.013,35

NOTA 25 - CLIENTES A M/L PRAZO

O detalhe da rubrica “Clientes””, registados em activos correntes, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Clientes Longo Prazo - Não Corrente		
Clientes gerais	29.347,66	21.815,66
Total	29.347,66	21.815,66

NOTA 26 - CLIENTES CURTO PRAZO

O detalhe da rubrica “Clientes””, registados em activos correntes, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Clientes Curto Prazo		
Clientes gerais	1.281.690,16	1.222.784,07
Clientes - Empresa-mãe	0,00	130,80
Clientes - Outras partes relacionadas	5.358,01	130,80
Clientes - Cheques pré-datados	79.228,97	27.546,51
Subtotal	1.366.277,14	1.250.592,18
Clientes cobrança duvidosa	652.736,79	738.249,03
Perdas por imparidade acumuladas	(640.756,83)	(727.947,53)
Subtotal	11.979,96	10.301,50
Total	1.378.257,10	1.260.893,68

NOTA 27 - ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Estado e outros entes publicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	168.533,88	140.176,22
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (Notas de Credito emitidas)	8.757,94	2.079,00
Total	177.291,82	142.255,22

NOTA 28 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe da rubrica “Outras Contas a Receber”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outras contas a receber		
Remunerações a pagar	0,00	740,80
Outras operações com pessoal	1.535,39	1.697,95
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	50,77	89,04
Outros acréscimos de rendimentos	120.337,20	207.288,67
Devedores diversos		
Garantias Cauções	28.631,04	28.631,04
Cauções a fornecedores	2.009,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	191.861,94	299.715,98
Outros	54.339,23	74.089,69
Total	398.764,79	613.031,39

O saldo a receber do pessoal totaliza 1.535,39 Euros e diz, essencialmente, respeito a débitos diversos relacionados com despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e “Via Verde”, devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo.

NOTA 29 - DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica “Diferimentos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Gastos a reconhecer		
Seguros	26.105,80	27.314,83
Outros gastos a reconhecer	404.945,68	395.440,63
Total	431.051,48	422.755,46

NOTA 30 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Passivo não corrente

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	40.277.777,77	43.055.555,55
Banco Internacional do Funchal	3.177.419,23	3.892.438,08
Empréstimos bancários - outros		
Banco Português de Investimento	1.500.000,00	78.242,23
Montepio Geral (Avalista)	13.882,18	19.934,71
Outros financiadores		
Banco Comercial Português	20.000.000,00	20.000.000,00
Banco Português de Investimento	2.300.000,00	0,00
Total	67.269.079,18	67.046.170,57

Passivo corrente

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2.777.777,78	2.777.777,78
Banco Internacional do Funchal	1.462.853,04	597.396,78
Emp.bancarios - outros		
Banco Espírito Santo	1.790.000,00	2.810.000,00
Montepio Geral	4.987.978,97	4.506.359,97
Banco Português de Investimento	480.000,00	4.760.000,00
Banco Santander Totta	72.617,35	80.000,00
Montepio Geral (Avalista)	10.393,59	26.626,98
Total	11.581.620,73	15.558.161,51

30.1 - Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de Outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. Esse contrato teve a intervenção, no âmbito de prestação de garantias, do consórcio bancário liderado pelo BCP Investimentos, S.A. e que agrega, também, o BES Investimentos, S.A. e o BPI Investimentos, S.A.

Esta operação possibilitou a consolidação, no médio e longo prazo, de uma importante parte dos passivos bancários que, eram apresentados no curto prazo.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida	43.055.555,55
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Data primeiro reembolso	15-09-2008
Data último reembolso	15-03-2026

A taxa variável é determinada pelo BEI em conformidade com os seus procedimentos internos, não podendo, no entanto, exceder a Euribor + 0,12%.

- Contrato de financiamento para a aquisição do edifício C01

Foi celebrado com o *BANIF*, S.A. um contrato de financiamento, em 30 de Maio de 2007, para financiamento da aquisição do edifício C01 no MARL, em regime de *project finance*, compaginado da seguinte forma:

Financiamento edifício C01

Montante	4.672.000,00
Montante em dívida	3.640.272,27
Indexante	Euribor 1 meses
Maturidade	15 anos
Data primeiro reembolso	05-07-2007
Data último reembolso	05-06-2022

- Empréstimo Médio Longo Prazo

Prosseguindo uma política de estabilização das linhas de financiamento, tendo em vista o reforço do peso relativo do Passivo de M/L prazo, a MARL, S.A. reestruturou, em Abril de 2010, uma linha caucionada no montante de 4.600.000,00 Euros em: (i) Programa de Emissão de Papel Comercial no valor de 2.300.000,00 Euros; (ii) empréstimo a cinco anos, no montante de 2.300.000,00 milhares de euros, nas seguintes condições.

Financiamento médio longo prazo

Montante	2.300.000,00
Montante em dívida a 31/12/2009	1.980.000,00
Indexante	Euribor 1 mes
Maturidade	4 anos e 10 meses
Reembolso	57 prestações mensais
Data primeiro reembolso	15-05-2010
Data último reembolso	15-01-2015

- Contrato de financiamento para a construção do arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Economia e Inovação

Foi celebrado com o *BANCO SantanderTotta*, em Outubro de 2006, um contrato de financiamento em regime de retenção de receitas para financiamento da construção do arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Economia e Inovação, sito no edifício do NAC, no MARL, com as seguintes características:

Financiamento MEI

1ª Tranche	
Montante	400.000,00
Montante em dívida	72.617,35
Indexante	Euribor 1 meses
Maturidade	5 anos
Data primeiro reembolso	24-11-2006
Data último reembolso	24-11-2011

- Linhas de apoio tesouraria

À data de 31 de Dezembro de 2010, as linhas de crédito de apoio à tesouraria disponíveis são:

Montantes de linhas disponíveis		2010	2009
Conta Correntes Caucionada	BES	1.072.000,00	52.000,00
	Montepio	0,00	481.619,00
	Banif	1.000.000,00	1.900.000,00
	Subtotais	2.072.000,00	2.433.619,00

Montantes de linhas contratadas		2010	2009
Conta Correntes Caucionada	BES	2.862.000,00	2.862.000,00
	Montepio	4.987.978,97	4.987.978,97
	BPI	-	4.760.000,00
	Banif	2.000.000,00	2.000.000,00
	Subtotais	9.849.978,97	14.609.978,97

30.2 - Outros Financiamentos

Emissão de Papel comercial

É política da MARL, SA garantir o acesso a linhas de crédito de utilização flexível e em montante adequado, pelo que tem contratado programas de papel comercial de 22.300.000 Euros.

Banco Comercial Português (BCP)

Em Janeiro de 2007, a MARL, SA concretizou um Programa de Emissão de Papel Comercial, no valor de 20.000.000,00 Euros, o qual tem prazo de 5 anos e garantia de tomada firme, pelo que esta forma de financiamento encontra-se classificada como exigível a médio prazo.

Ao longo do exercício foram efectuadas 22 transacções de emissão de papel comercial ao abrigo do referido programa, totalizando um montante emitido de 20.000.000,00 Euros.

Banco Português de Investimento (BPI)

No segundo trimestre de 2010, a MARL, S.A. reestruturou parcialmente, uma linha caucionada no montante de 4.600 milhares de euros num Programa de Emissão de Papel Comercial no valor de 2.300 milhares de euros, o qual tem prazo de 5 anos e garantia de tomada firme, pelo que esta forma de financiamento se encontra classificada como exigível a médio prazo.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31 de Dezembro de 2010, estes movimentos foram apresentados de forma compensada

NOTA 31 - INSTRUMENTOS FINANCIAMENTOS DERIVADOS

A MARL, S.A. tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposta, decorrentes de variações nas taxas de juro. Nesse sentido, detém instrumentos financeiros para fixação da taxa de juro que qualifica como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de Capitais Próprios, de acordo com o NCRF 27. A empresa não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela MARL, SA existentes em 31 de Dezembro de 2010, respeitam, fundamentalmente a "swaps" contraídas com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro no montante de 56.350.361,33 Euros cujo justo valor líquido ascendia a -2.850.520,84 Euros

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas por entidades bancárias.

Em 31 de Dezembro de 2010, no âmbito da gestão de risco de taxa de juro do seu passivo financeiro, a MARL, S.A. tinha contratado diversos swaps em que recebe taxa fixa e paga taxa de juro variável, como se segue:

Op. Financiamento	Instrumento de Cobertura	Taxa de Juro	Maturidade	Taxa de Juro	Indexante Efectivo
Financiamento BEI	COLLAR com "Floor Knock-in" e "Cap Knock-out"	KIKO Collar Fixings Trimestrais Pagamentos Trimestrais	15-Set-11	3,90% Ki=2,73% a 2,85% Ko=5,00%	Se euribor _{3m} > 5% --> empresa paga euribor _{3m} Se 3,90% < euribor _{3m} < 5% --> empresa paga 3,90% Se euribor _{3m} < 2,73% --> empresa paga 3,90%
	COLLAR com "Floor Knock-in" e "Cap Knock-out"	KIKO Collar Fixings Trimestrais Pagamentos Trimestrais	17-Mar-14	4,40% Ki=3,75% a 4,40% Ko=5,75%	Se euribor _{3m} > 5,75% --> empresa paga euribor _{3m} Se 4,40% < euribor _{3m} < 5,75% --> empresa paga 4,40% Se euribor _{3m} < 3,75% --> empresa paga 4,40%
Financiamento CTExpresso	COLLAR com "Floor Knock-in" e "Cap Knock-out"	KIKO Collar Fixings Semestrais Pagamentos Semestrais	24-Fev-13	3,90% Ki=2,90% Ko=5,00%	Se euribor _{3m} > 5% --> empresa paga euribor _{3m} Se 3,90% < euribor _{3m} < 5% --> empresa paga 3,90% Se euribor _{3m} < 2,90% --> empresa paga 3,90%
Revolving	COLLAR com "Floor Knock-in" e "Cap Knock-out"	KIKO Collar Fixings Trimestrais Pagamentos Trimestrais	23-Out-11	3,95% Ki=2,85% Ko=5%	Se euribor _{3m} > 5% --> empresa paga euribor _{3m} Se 3,95% < euribor _{3m} < 5% --> empresa paga 3,95% Se euribor _{3m} < 2,85% --> empresa paga 3,95%

NOTA 32 - FORNECEDORES

O detalhe da rubrica “Fornecedores”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores		
Fornecedores gerais	641.504,27	845.574,43
Fornecedores - Empresa-mãe	36.422,23	27.351,44
Fornecedores - Outras partes relacionadas	118.400,97	118.400,97
Total	796.327,47	991.326,84

NOTA 33 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O detalhe da rubrica “Adiantamento de Clientes” nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	9.901,88	14.526,44
Total	9.901,88	14.526,44

NOTA 34 - ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Estado e outros entes publicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	64.153,69	25.393,28
Retenção de impostos sobre rendimentos	19.580,82	9.947,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	210.728,52	287.649,46
Contribuições para a Segurança Social	19.484,87	20.003,78
Total	313.947,90	342.993,52

NOTA 35 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe da rubrica “Outras Contas a Pagar” nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outras Contas a pagar		
Adiantamento de clientes	3.370,21	5.926,92
Outros custos com pessoal	266,93	786,68
Credores diversos		
Cauções Operadores	1.011.033,88	1.005.092,74
Outros	23.981,66	22.820,57
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	1.368.603,13	1.002.078,74
Empresa mãe	1.858,49	11.088,00
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	117.557,36	391.371,87
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	358.044,10	437.761,65
Remunerações a Liquidar	149.698,77	151.653,62
Outros Acréscimos de Gastos	495.746,26	514.694,92
Ajustes em contratos Swap	2.850.520,84	4.749.220,67
Total	6.380.681,63	8.292.496,38

NOTA 36 - DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica “Diferimentos”, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos a reconhecer		
Taxas Acesso	28.964.608,45	31.248.864,45
Taxa Utilização	142.368,19	138.924,19
Outros Rendimentos a reconhecer	1.444,20	3.610,56
Total	29.108.420,84	31.391.399,20

NOTA 37 - DIVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Nos termos da nº 1 do art.º 21, do Dec. Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existe dívidas em mora à Segurança Social.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Rui Manuel de Oliveira Prata Caballero y Serodio

José Carlos de Araújo Gomes Cid Proença

Jorge Manuel de Andrade Barroso e Silva Marques

António Santos Luís

Norberto Manuel Soares Coelho

São Julião do Tojal, 8 de Março de 2010



RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO E
**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 156.844.349,92 euros e um total de capital próprio de 37.214.567,30 euros, incluindo um resultado líquido de 1.328.694,51 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Se, afectar a opinião expressa no parágrafo da opinião, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- a) Conforme divulgado no Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou pela primeira vez, em 2010, as Normas Contabilísticas e de Relato financeiro (NCRF), na preparação das suas demonstrações financeiras. No processo de transição do Plano Oficial de Contabilidade para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009, pelo que a informação referida àquela data e ao exercício de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as NCRF para efeitos de comparativo;
 - b) Tal como referido na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a MARL, S.A., por força da introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística, passou a considerar no seu activo os edificios construídos pelos operadores no Mercado, pois aqueles são em substância por si controlados. Tal alteração, originou na data de transição (1 de Janeiro de 2009) um impacto positivo de € 11.842.471,83 no activo e no capital próprio. Os resultados de 2009 e 2010 tiveram um impacto positivo de € 348.721,20;



António Borges & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- c) Os subsídios do PROMAB (relativos a activos fixos tangíveis depreciables) passaram, por força da introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística, a ser relevados no capital próprio o que originou um impacto positivo (liquido de impostos) no valor de € 11.763.272,74 e € 11.472.821,38, em 2009 e 2010, respectivamente;

Lisboa, 9 de Março de 2011

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas n.º 559

Em representação da **António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração do fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio e os restantes anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e relativas à **MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.**

Procedemos ao acompanhamento da actividade de gestão da sociedade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Chamamos, no entanto, a atenção para as seguintes situações:

- a) Conforme divulgado no Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou pela primeira vez, em 2010, as Normas Contabilísticas e de Relato financeiro (NCRF), na preparação das suas demonstrações financeiras. No processo de transição do Plano Oficial de Contabilidade para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009, pelo que a informação referida àquela data e ao exercício de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as NCRF para efeitos de comparativo;
- b) Tal como referido na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a MARL, S.A., por força da introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística, passou a considerar no seu activo os edifícios construídos pelos operadores no Mercado, pois aqueles são em substância por si controlados. Tal alteração, originou na data de transição (1 de Janeiro de 2009) um impacto positivo de € 11.842.471,83 no activo e no capital próprio. Os resultados de 2009 e 2010 tiveram um impacto positivo de € 348.721,20;

- c) Os subsídios do PROMAB (relativos a activos fixos tangíveis depreciables) passaram, por força da introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística, a ser relevados no capital próprio o que originou um impacto positivo (liquido de impostos) no valor de € 11.763.272,74 e € 11.472.821,38, em 2009 e 2010, respectivamente.

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

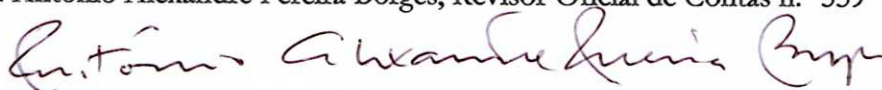
- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 9 de Março de 2011

O Fiscal Único

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas n.º 559



Em representação da António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 69